



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 77

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 30 de novembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as deu-se início à votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI – “Plano Anual Regional para 2019”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2019”](#).

Para tal, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Carlos Silva (*PS*), António Almeida (*PSD*), Mónica Rocha (*PS*), Sónia Nicolau (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Renata Correia Botelho (*PS*), António Lima (*BE*), Mónica Seidi (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Domingos Cunha (*PS*), Tiago Branco (*PS*), Dionísio Faria Maia (*PS*), João Paulo Ávila (*PS*), Maria Isabel Quinto (*PS*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), André Rodrigues (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), André Bradford (*PS*), Francisco César (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), José Ávila (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetidas à votação, as iniciativas legislativas em apreço foram aprovadas, tanto na generalidade como em votação final global, por maioria.

Proferiam declarações de voto os Srs Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Luís Maurício (*PSD*), André Bradford (*PS*), João Corvelo (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

De seguida, foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*) a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XI – “Regula a extinção da SPRHI, S.A. e da SATA, SGPS, S.A”](#).

Participaram no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Vasco Costa (*PS*), Bruno Belo (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido o diploma à votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

Posteriormente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) justificou o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 120/XI – “Implementar, com urgência, medidas de combate à atual situação de escassez de água para o consumo humano e para o uso agrícola na ilha do Corvo; realizar um levantamento rigoroso do estado em que se encontram as reservas de água existentes para o abastecimento da população da ilha do Corvo e realizar uma ação inspetiva, referente aos anos 2017 e 2018, com vista à verificação do cumprimento de normas legais e regulamentares em matéria da gestão dos recursos hídricos direcionados para o abastecimento da população da ilha do Corvo por parte das entidades públicas competentes”](#), tendo pedido a palavra de seguida o Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi colocada à votação a proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de novembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 21 horas e 38 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Jorge Azevedo Paiva

Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início às votações do plano e orçamento para 2019.

Os tempos para o debate na especialidade são os seguintes, foram definidos pela Conferência de Líderes: o PS e o Governo dispõem de 40 minutos; o PSD de 30 minutos; o CDS de 17 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos; e o PCP e o PPM, 10 minutos.

Vamos passar de imediato à votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI – “Plano Anual Regional para 2019”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2019” foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar então à votação na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

As declarações de voto são só após a votação final global, Sr. Deputado.

Em relação ao debate na especialidade, como é habitual, mas alerto a câmara, as votações serão feitas quanto às propostas de alteração para as respetivas ações e programa a programa.

Vamos então começar.

No âmbito do programa 1 está à votação a proposta do Bloco de Esquerda de redução da ação 1.1.1 por contrapartida da criação da ação 14.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Eu peço às Sras. e Srs. Deputados que se sentem.

Está à votação para o programa 1 a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda que propõe reduzir a ação 1.1.1 por contrapartida da criação da ação 14.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 4 votos contra do CDS-PP, 18 abstenções do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração é também do Bloco de Esquerda, propõe reduzir a ação 1.1.1 por contrapartida da criação da ação 14.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Peço às Sras. e Srs. Deputados para se sentarem.

Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração apresentada ...

Sras. e Srs. Deputados! Peço algum silêncio para que se possa anunciar a votação.

Está à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda que propõe reduzir a ação 1.1.1 por contrapartida da criação da ação 14.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 4 votos contra do CDS-PP, 18 abstenções do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo CDS que propõe reduzir a ação 1.1.12 por contrapartida da criação da ação 6.6.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Passamos agora também à proposta de alteração apresentada pelo CDS que propõe reduzir a ação 1.1.12 por reforço da ação 8.6.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: No âmbito desta mesma ação passo agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PCP que reduz a ação 1.1.12 por contrapartida do reforço da ação 3.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 abstenções do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Também do PCP está à votação a proposta de redução da ação 1.1.12 por contrapartida da criação da ação 9.2.18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP que reduz a ação 1.1.12 por contrapartida da criação da ação 14.5.23.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Façam favor de se sentar.

Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP que reduz a ação 1.1.12 por contrapartida da criação da ação 14.5.23.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 abstenções do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Continuamos nesta ação 1.1.12.

Passamos agora para as propostas de alteração apresentadas pelo PS.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Partido Socialista, esta e as próximas, dizem respeito, de forma muito resumida, a um reforço de verba significativo de apoio à promoção do destino exatamente para dar resposta àquela que é uma das prioridades do Governo dos Açores, um turismo sustentável, um turismo que não é apenas para uma ilha, mas para toda a Região e é por isso que apresentamos este reforço para consolidar o crescimento do turismo e para consolidar o crescimento da economia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

A proposta do PS propõe reduzir a ação 1.1.12 por reforço da 4.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 4 votos contra do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para a proposta também do PS de redução desta mesma ação 1.1.12 por reforço da 4.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 4 votos contra do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A próxima proposta de alteração é ainda do PS. Reduz a ação 1.1.12 por reforço da ação 4.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 4 votos contra do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A última proposta de alteração para esta ação é também do Partido Socialista que a reduz por reforço da ação 4.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 4 votos contra do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à proposta do PCP que cria a ação 1.1.16 por redução da 1.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação da ação 1.1.17, é uma proposta do PCP, por redução da ação 1.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 4 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação uma proposta de alteração do PCP que reforça a ação 1.3.8 por redução da 4.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 4 votos contra do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então agora colocar à votação o programa 1 com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O programa apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 4 votos a favor do CDS-PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos então agora às votações do programa 2.

A primeira proposta de alteração era do PCP que fica prejudicada, porque tinha como contrapartida uma ação do programa 1 que acabámos de fechar. Por isso, coloco agora à votação a proposta do Bloco de Esquerda que cria a ação 2.1.9 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do CDS que cria uma ação 2.1.14 por contrapartida da redução da ação 6.8.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do PCP que cria a ação 2.1.14 por redução da ação 2.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do PCP que cria uma ação 2.1.15 por redução da 2.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta do PCP para a ação 2.2.8 fica prejudicada, porque tinha como contrapartida uma ação do programa 1 que já está fechado, por isso coloco agora à votação a proposta também do PCP que cria a ação 2.3.5 por redução da 2.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PSD que cria a ação 2.3.5 por redução da dotação provisional.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O maior desafio da agricultura dos Açores é o da valorização dos seus produtos agrícolas, pecuários e florestais. É por esta razão que apresentamos para 2019 na medida “Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais”, à semelhança do que fizemos o ano passado com a proposta para a criação do programa de “Investigação e desenvolvimento de novos produtos agrícolas”, duas propostas distintas, mas com o mesmo objetivo: aumentar a competitividade, a eficiência e a valorização da agricultura.

Na ação 2.3.5 “Ensino e formação agrícola e agroindustrial de elevada qualidade” com cem mil euros para formar e qualificar jovens agricultores,

agricultores, trabalhadores agrícolas e operadores especialistas para a agroindústria familiar de reduzida e média dimensão para recurso à utilização de elevados níveis técnicos e de tecnologias inovadoras dedicadas à valorização dos produtos e serviços agrícolas, pecuários e florestais no âmbito do desenvolvimento rural integrado e sustentável com recurso à utilização de campos experimentais e estruturas laboratoriais adequadas.

Não se trata de criar novas escolas, mas sim de reestruturar o ensino técnico e profissional adequado às necessidades locais, organizar e planear a utilização das estruturas públicas e privadas e dos quadros técnicos existentes em cada uma das nossas ilhas para uma solução de ensino especializado, agrícola e agroindustrial é para nós um investimento estruturante.

No âmbito da comercialização de produtos e serviços agrícolas, pecuários e florestais com a ação 2.3.6 “Apoio à criação da rede de lojas Açores” pretendemos a criação do conceito de implementação de loja Açores ou espaço Açores em áreas comerciais dedicadas à comercialização e valorização de produtos e serviços exclusivamente dos Açores promotoras da cadeia de valor da agricultura, do turismo e do ambiente nos diversos mercados com relevância no aumento do valor das produções regionais, designadamente em produtos certificados, DOP, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não está aqui!

O Orador: ... IGP, ETG e de produção biológica.

Pretende-se assim estimular e financiar o empreendedorismo comercial de investidores fora dos circuitos convencionais, da grande distribuição, onde a diferenciação dos produtos não tem sido o principal objetivo comercial.

Podíamos tê-lo feito respetivamente em outras ações, mas entendemos que é no âmbito e liderado no âmbito agrícola que esses investimentos devem ser considerados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O plano na ação 2.2.4 já prevê uma dotação destinada à formação profissional para agricultores e técnicos. Acresce que já foi anunciada nesta Assembleia, pela boca do Sr. Presidente, a criação de um programa de apoio à formação de jovens agricultores que participará a formação específica especializada dos jovens agricultores, formações estas selecionadas pelos próprios agricultores de acordo com as necessidades já identificadas.

Por outro lado, o Governo Regional tem mantido quase com caráter permanente à disposição das organizações de produtores e da agroindústria instrumentos financeiros muito significativos no âmbito do PRORURAL+ que financiam até 100% as despesas relacionadas com ações de formação.

E porque o Sr. Deputado também referiu a segunda resposta, também já posso dar resposta à mesma.

Por outro lado, com relação à criação da rede da loja Açores o Governo Regional já tem à disposição dos empresários a título individual, micro, pequenas e médias empresas, agrupamento ou organizações de produtores e cooperativas ou associações do setor agrícola instrumentos financeiros com vista à aprumação de cadeias de abastecimento curtas e mercados locais através da submedida 16.4 “Cooperação para o desenvolvimento e promoção de cadeias de abastecimento curtas e mercados locais no âmbito do PRORURAL+”, cujas despesas são financiadas até 70%.

Acresce também que existem ainda outras identidades do Governo Regional, nomeadamente a SDEA, que apoia, coordena e estimula iniciativas de

divulgação e promoção no exterior de produtos e serviços destas empresas regionais.

Face ao exposto votaremos contra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD que cria a ação 2.3.6 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 2 com as alterações que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Programa 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração ao programa 3.

A primeira é do PCP, reforça a ação 3.2.5 por contrapartida da ação 4.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta a ser votada é do PCP, cria a ação 3.2.12 por redução da ação 4.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

3.2.12 por contrapartida da 4.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do PSD que cria a ação 3.2.12 por redução na aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à proposta apresentada pelo PCP que cria a ação 3.2.13 por redução na ação 3.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta do PSD que reforça a ação 3.3.6 por redução da dotação provisional.

Peço desculpa, mas tenho de confirmar aqui uma coisa.

Está prejudicada, exatamente.

Esta proposta está prejudicada, porque a referente ao PCP sobre o Fundopesca foi aprovada no âmbito das ações do programa 1, por isso não a coloco à votação.

Esta proposta do PSD era para reforçar a ação do Fundopesca que nós votámos no programa 1 do PCP. Portanto, estando aprovado um reforço ao Fundopesca não faz sentido votar.

Sr. Deputado, para uma interpelação à Mesa talvez dou-lhe a palavra, porque não estou a perceber.

(*) **Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas a proposta tem valores diferentes.

Presidente: Concordo, mas a partir do momento que já foi aprovado um reforço não há reforços cumulativos, porque se assim fosse então ... Sendo aprovada uma proposta de alteração para uma iniciativa em concreto aqui a minha confusão foi porque como foi por contrapartida de uma ação do programa 1 não informei de imediato que ela estava prejudicada.

Sendo assim, vamos votar o programa 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração ao programa 4.

A primeira é do Partido Socialista, reforça a ação 4.1.1 por aumento da receita de fundos da União Europeia.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 3 votos contra do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à proposta do Bloco de Esquerda, reduz a ação 4.1.2 por criação da ação 11.1.17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 3 votos contra do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PSD, reforça a ação 4.3.4 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP que cria a ação 4.3.7 por contrapartida da 4.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do PSD que cria a ação 4.3.7 por contrapartida da aquisição de bens e serviços correntes, por redução dessa rubrica.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para a última proposta de alteração a este programa, criação de uma ação 4.3.8. É uma proposta do PSD, por redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do programa 4 com a alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora ao programa 5.

A primeira proposta de alteração a ser votada é a do CDS, um reforço da ação 5.1.7 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta a ser votada é a do PCP, reforça também esta ação 5.1.7 por redução da ação 14.9.2.

Vamos então passar à votação da proposta de alteração do PCP que reforça a ação 5.1.7 por contrapartida da ação 14.9.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração para esta mesma ação, desta feita apresentada pelo Bloco de Esquerda que reforça a ação 5.1.7 por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 3 votos contra do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do PSD, reforça a ação 5.1.7 por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a última proposta de alteração a este programa. É apresentada pelo PCP, reforça a ação 5.3.3 por contrapartida da redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 1 voto contra do PPM, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa apresentado da proposta foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Entramos agora nas votações do programa 6.

A primeira apresentada pelo PCP está prejudicada por ter uma contrapartida do programa 1, passamos por isso à proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, reforça a ação 6.1.20 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP que cria uma ação 6.1.21 por redução da ação 14.9.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda que cria a ação 6.1.21 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta do PPM que cria a ação 6.1.21 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta apresentada pelo PPM que cria uma ação 6.1.22 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PS que reforça a ação 6.2.1 por redução da 6.1.1.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota muito particular.

Dizer que o Partido Socialista apresenta esta proposta de alteração, porque ela vem ao encontro daquelas que também foram as pretensões apresentadas pela comunidade educativa no que diz respeito ao reforço de equipamentos informáticos e esta medida vai totalmente responder ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Totalmente! Gostei desse totalmente!

A Oradora: ... àquelas que são as necessidades em cada escola e de forma do ensino básico e de todas as suas abrangências.

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): No ano passado chumbaram uma proposta igual a esta!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não chumbámos não!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM que cria a ação 6.2.3 por redução da dotação provisional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pelas mesmas razões que a Sra. Deputada Sónia Nicolau apresento esta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do PSD, reforça a ação 6.3.1 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

6.3.1 do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do CDS para a ação 6.3.2.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

O CDS não prescindiu neste plano e orçamento de dar contributos muito importantes para a educação dos nossos jovens e para o sistema educativo.

Já foi aqui votado o prémio de mérito para o ensino superior, para os estudantes que entram no ensino superior, e queria também salientar esta medida de relevante importância que é uma ajuda fundamental para os estudantes, os alunos portadores de deficiência, para a aquisição de equipamento técnico que permita aprender melhor nas aulas aquilo que lhes é ensinado e estarem mais integrados no seu ambiente educativo.

Portanto, é uma proposta de grande alcance quer na educação, quer na saúde da criança, quer no desenvolvimento do estudante, como teremos também mais frente (e aproveito Sra. Presidente, porque o tempo não é muito) e nesta matéria da educação uma proposta para a ajuda ao pagamento de propinas daqueles estudantes mais carenciados e que não as consigam pagar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Só para associarmos o Partido Socialista a esta proposta que achamos pertinente, que achamos bem-vinda e que achamos que dá nota exatamente daquele que é o contributo que se espera de todos os partidos desta Casa com relevância, com eficácia e com responsabilidade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta do PPM que cria a ação 6.3.3 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM que cria uma ação 6.3.4 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação também do PPM uma proposta de reforço da ação 6.4.3 por contrapartida da redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: A próxima proposta é do PSD que cria a ação 6.5.3 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a criação da ação por parte do PSD 6.5.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 votos contra do CDS-PP.

Presidente: A próxima proposta é do PPM que reforça a ação 6.6.3 por contrapartida da redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é também do PPM que cria uma ação 6.6.7 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-

PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é também do PPM que cria uma ação 6.6.8 por contrapartida da redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do PCP que cria uma ação 6.8.34 por redução da ação 14.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 4 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: A próxima proposta é do PPM que cria uma ação 6.8.34 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-

PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PSD que cria uma ação 6.8.34 por redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PCP que cria uma ação 6.8.35 por redução da ação 6.8.12.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas dizer que nesta proposta e noutras que têm sido apresentadas nós temos ou absterido ou votado contra com a justificação de que não concordamos com o local onde é reduzida a dotação. Daí querer fazer esta justificação aproveitando esta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do Partido Socialista, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 19 abstenções do PSD.

Presidente: A próxima proposta é do PPM que cria uma ação 6.8.35 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PSD que cria uma ação 6.8.35 por redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PSD também que cria uma ação 6.8.36 por redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora às últimas propostas de alteração para este programa. São todas do PPM.

A primeira é para criar uma ação 6.10.6 por contrapartida da redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos então agora para a proposta que cria a ação 6.11.5 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: E por fim a criação de uma ação 6.11.6 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o programa 6 com as alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa da proposta anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 7, uma vez que não existem propostas de alteração a este programa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade às votações. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Entramos agora nas votações do programa 8.

A primeira é do PCP que propõe a criação de uma ação 8.1.4 por redução da ação 8.2.5.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste programa o PSD apresenta um conjunto de várias propostas, nomeadamente um reforço ao programa CIRURGE por aquilo que também já apresentámos no debate no âmbito desta Casa que é uma preocupação deste grupo parlamentar e por isso consideramos essencial continuar a ajudar todos os 11 mil açorianos que se encontram inscritos há vários anos à espera de uma cirurgia.

Apresentamos também o Cheque Consulta como também já foi debatido no sentido de ajudar mais uma vez os açorianos que estão inscritos à espera de uma consulta da especialidade e que infelizmente não vêm a sua resposta dentro daquilo que está estipulado pelos prazos definidos em portaria, porque consideramos inadmissível que ainda hajam açorianos à espera há vários anos de uma simples consulta de especialidade e que continuam sem acesso à mesma.

Para finalizar, umas pequenas palavras apenas dirigidas às unidades de cuidados paliativos que infelizmente ainda não estão abertas no Hospital da Horta, nem no Hospital da Terceira, sendo uma boa medida e que funciona bem no Hospital do Divino Espírito Santo pensamos que estas unidades já deveriam estar criadas e que devem entrar em funcionamento o quanto antes de forma a prestar auxílio a estes doentes que em fase terminal da sua vida precisam tanto, não só os doentes, mas também os seus familiares no sentido de minorizar a dor que estes doentes acarretam.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Registrar com muita satisfação que o programa original, como é o CIRURGE, para combater as listas de espera cirúrgicas aquelas mais urgentes e que tão bons resultados deu o ano passado e que foi uma proposta original do CDS, que não é o maior partido da oposição, mas nessa matéria com certeza o principal partido da oposição e por isso constitui com exemplos destes a alternativa nesta Região e não apenas vindo reforçar aquilo que é dos outros partidos. Portanto, registrar com satisfação este elogio ao CIRURGE por parte do Partido Social Democrata, mas também gostaria de perceber, se a Sra. Deputada quisesse ter a bondade de nos explicar, quanto é que custa uma consulta na privada e quanto é o cheque que vão dar ao doente, se é um cheque só de 50€, se é só de 80, se é uma média, se o doente tem liberdade de escolha de ir ao médico que quiser, se vão fazer contratualização com alguma clínica em particular e em especial, porque na privada nem todos levam o mesmo dinheiro, nem todas as especialidades são o mesmo dinheiro, há umas que são caríssimas

e não se percebe porquê e, portanto, eu gostaria que a Sra. Deputada me desse alguma explicação e quantos cheques tem direito por ano.

Porque se a pessoa vai a uma consulta e lhe dizem: “Tem de ir fazer estas análises, estes exames complementares de diagnóstico ...”

Portanto, quantas vezes, quantos cheques e qual é o montante da despesa que se prevê gastar com essa medida?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta surge com base naquilo que é o Serviço Regional de Saúde, que seguramente o Sr. Deputado também conhece, nomeadamente no seu artigo 43.º que fala nesta mesma possibilidade, ou seja, um doente é inscrito no Serviço Regional de Saúde através dos cuidados de saúde primários e que aguarda uma consulta de especialidade que infelizmente, muitas vezes e na grande maioria dos casos, os tempos que estão preconizados na portaria que afeta o tempo máximo de resposta garantido ... Há lá uma das alíneas que diz que quando não há resposta eficaz por parte do Serviço Regional de Saúde o utente poderá ter acesso a uma consulta num privado ou num serviço convencionado com o Serviço Regional de Saúde.

Portanto, esta é uma resposta àquilo que é uma dificuldade atual do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente ao número de consultas ...

Oh, Sr. Deputado, essa pergunta não faz qualquer tipo de sentido. Parece óbvia. Se o doente está inscrito para uma consulta de cardiologia, se o tempo não é cumprido, obviamente que o doente tem direito a ter um cheque consulta para essa especialidade.

Se infelizmente o mesmo doente além de cardiologia também precisa de uma consulta de nefrologia, se infelizmente essa resposta não é dada pelo Serviço Regional de Saúde obviamente que se o médico de cuidados de saúde primário acha que ele deve ser visto por um especialista de nefrologia, como é óbvio, o doente tem todo o direito a ter mais um cheque nesse sentido e pode dirigir-se a uma consulta dessa especialidade.

Portanto, essa pergunta não me parece ter muita lógica.

Como o senhor sabe há vários doentes que infelizmente pelas várias patologias que utilizam necessitam de mais do que uma consulta de especialidade ao longo do ano e que infelizmente (isso é que custa!) em 2018 continuam sem ter acesso à mesma.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): E a proposta para os seus anestesistas também está aí?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto às propostas de alteração ao plano no projeto 8, ou seja, todas as propostas que dizem respeito à saúde, mais especificamente às propostas do PSD que a Deputada Mónica Seidi teve a ocasião de nos apresentar e de justificar cada uma delas, nós votaremos favoravelmente aquelas que dizem respeito, por exemplo, ao CIRURGE e ao Cheque Consulta por um único e exclusivo motivo, não porque consideramos que esta deve ser uma solução definitiva para a saúde dos açorianos e açorianas, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Nós achamos que é necessária!

O Orador: ... mas sim porque perante aquele que é um desinvestimento continuado na saúde, na saúde pública, nos hospitais, nos centros de saúde, no

Serviço Regional de Saúde, consideramos que é mais do que necessário nesta altura atender àquelas que são necessidades prementes de todos os açorianos e açorianas que querem neste momento recorrer, por exemplo, a um médico de família e não têm, porque não lhes foi atribuído, ou então ficarem indeterminadamente numa lista de espera para atender a uma cirurgia e por isso mesmo achamos que é necessário.

Mas também achamos que mais do que necessário do que estas propostas do PSD seria um compromisso de todos e de todas nesta Casa para procedermos a políticas diferentes que passassem por um maior investimento no nosso Serviço Regional de Saúde em vez de continuarmos com esta política de suborçamentação na saúde e dessa forma deixaria de ser necessário estarmos a apresentar ou até mesmo aqui o Bloco de Esquerda estar a votar favoravelmente medidas que nós apesar de tudo consideramos transitórias, como o Cheque Consulta e o CIRURGE, e por isso nós, apesar de tudo, apesar de considerarmos que há que haver um maior investimento no Serviço Regional de Saúde, mesmo assim iremos votar favoravelmente estas propostas do PSD, mas unicamente como soluções transitórias e não como uma solução definitiva.

Obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Sra. Deputada, a senhora não me respondeu a nenhuma das perguntas que eu lhe fiz.

Qual é o valor do cheque? Quanto é?

É 50€? É 60? É 80?

Fez um levantamento para que especialidades? É para qualquer especialidade?

E já agora, Sra. Deputada, não me vem dar lições sobre nada nessa matéria do Serviço Regional de Saúde.

(Aparte inaudível do Deputado Luís Garcia)

O Orador: Eu recebo lições, Sr. Deputado Luís Garcia, de quem sabe mais do que eu, de quem sabe menos não recebo e muito menos, Sr. Deputado Luís Garcia, da sua bancada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora bem! Mude de vez enquanto!

O Orador: E a prova é essa, a prova é o CIRURGE que nós propusemos e fomos inovadores e a prova é que os senhores o copiam e apenas reforçam.

Sra. Deputada, qual é o valor do Cheque Consulta?

Quantos cheques tem direito por ano?

E não me venha que é um doente com patologia múltipla.

Por exemplo, deu um exemplo bom, um exemplo de um doente da cardiologia.

Tem um problema vai ao cardiologista, porque está à espera há um ano, vai à primeira consulta. Manda-lhe fazer uma série de exames, naturalmente, como aí sabe melhor do que eu, Sra. Dra.

Depois como é que é?

Quantas vezes volta?

Faz a prova de esforço, faz o eletrocardiograma, faz isto, faz aquilo, ...

O Sr. Dr. Maurício acho que não vale a pena dar resposta, porque isto é uma coisa assim ... uma coisa ... Não vale a pena dar resposta.

Mas nós estamos aqui, Sr. Deputado Luís Maurício, para esclarecer os açorianos e nós quando fazemos propostas fundamentamos e ainda não me esqueci do que o senhor aqui exigiu o ano passado ou há dois anos para se fundamentar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Portanto, eu estou a fazer-lhe exatamente, inspirando-me em si, fundamente a sua proposta, quantifique a sua proposta e diga quanto é que ela vale: quantas vezes pode ir, qual é o valor da consulta ...

Porque o senhor sabe tão bem quanto eu que há especialistas que levam 80, há outros que levam 50, há outros que levam 40, porque um médico de medicina geral e familiar também é um especialista e levam 50. Há outros mais especialistas, aqueles ditos especialistas hospitalares que esses levam uma fortuna, mas eu quero saber qual é o valor da consulta e quantos cheques há por ano.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem agora a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que esta proposta de alteração ao CIRURGE é bem o exemplo do espírito colaborativo que tem surgido entre alguma oposição e o Governo no sentido de melhorar não só o plano e orçamento, mas essencialmente a ida ao encontro das necessidades de saúde e de cuidados de saúde de todos os açorianos e é neste sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista com certeza que realça aqui a particularidade da criação do CIRURGE e das especialidades que foram referenciadas como sendo as mais carenciadas e esta proposta vem de encontro àquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo entende como sendo adequadas aos objetivos que se pretende atingir.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, não lhe quis dar nenhuma lição ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não era para si! O chapéu enfiou em quem tinha de enfiar!

A Oradora: Quis-lhe apenas demonstrar uma situação real ...

Não, não enfiou!

Estou a dizer-lhe que obviamente não lhe quero dar nenhuma lição. Estou apenas a explicar problemas que ocorrem diariamente a vários açorianos que felizmente nos estão a ouvir e que têm noção que que infelizmente é muito difícil ter acesso a uma consulta de especialidade hoje em dia.

Portanto, nos dias que correm nós não temos que estar quase aqui a arranjar soluções para colmatar aquilo que é uma falha do Serviço Regional de Saúde.

Deputado José Ávila (PSD): Quanto é?

A Oradora: Aquilo que lhe quero dizer é que o valor da consulta obviamente e com base naquilo que está no estatuto regional no artigo 43.º esse valor e esse doente sendo encaminhado para um especialista que faz consultas na ilha o valor da consulta é aquele que o especialista na ilha praticar.

Se não há essa especialidade na ilha o utente, ou neste caso o doente, pode ter a necessidade de recorrer a um especialista noutra ilha. Penso que nessa altura, uma vez que importa aqui resolver o problema do doente sobretudo, o preço da consulta ou do Cheque Consulta neste caso será aquele que esse especialista praticar.

Portanto, não vejo aqui nenhuma alteração grave, uma vez que também sabemos ...

Deputado José Ávila (PSD): E que trapalhada!

A Oradora: O senhor fala em especialistas de primeira e em especialistas de segunda, mas é verdade que nos tempos que correm uma consulta de especialidade não vai muito além dos 75€, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, vai, vai!

A Oradora: ... porque infelizmente os açorianos também não têm capacidade para pagar consultas de especialidade acima desse valor.

Portanto, acho que em relação ao preço é um pormenor que neste caso é verdade que temos que ter a responsabilidade de tabular um valor, mas o que aqui ressalta é que a prioridade máxima é resolver o problema de milhares de açorianos que infelizmente continuam à espera para ter uma consulta de especialidade por ineficácia do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Oh, Sra. Deputada Mónica Seidi, vou dizer-lhe uma coisa: vê-se mesmo que não conhece o Serviço Nacional de Saúde na sua plenitude, conhece mais a parte pública.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Está enganado! Conheço muito bem!

O Orador: A privada é um mundo diferente e há especialistas da mesma área que levam 60 ... na mesma ilha (e dou-lhe vários exemplos se quiser), outros que levam 80 e outros que fazem mais uma coisinha e levam 120.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Fazem exames!

O Orador: Portanto, o preço não é exatamente o mesmo e por isso é que era necessário, mas eu vou dar-lhe uma sugestão: nós vamos votar favoravelmente esta proposta, mas eu até a votava melhor e para o doente ter uma garantia que o seu tratamento seria efetuado e o seu problema resolvido, eu acho que o

melhor era os senhores terem proposto um livro de cheques ao doente e ia assinando conforme precisasse e depois devolvia o resto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(* **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da apresentação das propostas do PSD relativamente ao programa 8 que tem a ver com a unidade de cuidados paliativos ao Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira só para dizer que na sequência daquilo que já afirmado pelo Sr. Secretário Regional a equipa está constituída, consideramos que não é necessário nenhum reforço de financiamento para funcionar a equipa, o que é preciso de facto é dinamizá-la e pô-la a funcionar e é isso que o Governo e o hospital irão fazer a breve trecho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(* **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também na sequência deste conjunto de propostas de alteração apresentado pelo PSD no que diz respeito à unidade de cuidados paliativos do Hospital da Horta também consoante o que já foi transmitido pelo Sr. Secretário neste debate, o Hospital da Horta neste momento já dispõe de uma médica oncologista que está incumbida de criar uma equipa para esta unidade e esta unidade também será criada no âmbito das obras que estão previstas em plano e orçamento de remodelação do Hospital da Horta, pelo que esta proposta não vem em nada acrescentar àquilo que já está previsto no plano do Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

Prescinde.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então iniciar as votações do programa 8.

A primeira é do PCP que cria a ação 8.1.4 por redução da ação 8.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a 8.1.4 do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é também do PCP, propõe criar uma ação 8.1.5 por redução da ação da ação 8.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada conjuntamente pelo PS e o CDS para reforço da ação 8.6.2 por contrapartida das ações 8.5.3, 8.6.3 e 8.6.10.

Sr. Deputado Dionísio Faria Maia tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O combate às listas de espera para cirurgia, sendo um problema transversal a todos os sistemas de saúde, é para nós um imperativo e uma preocupação. Por isso, como sabem, estão implementadas as respostas consideradas adequadas para o combate a esta lista de espera, desde logo a maximização de todas as respostas do nosso sistema de saúde, nomeadamente na produção cirúrgica normal, na produção cirúrgica acrescida, no CIRURGE, com dados que nos animam em relação a esta redução e com estatísticas que evidenciam que são medidas que podem e devem continuar a ser reforçadas e implementadas no sentido deste combate.

O Vale Saúde como uma resposta a este sistema para o combate a esta lista de espera merece da nossa parte a associação à proposta do CDS-PP um reforço no sentido de ser uma medida complementar, uma medida de resposta complementar que importa implementar com um reforço orçamental para que essa resposta a esse combate das listas de espera cirúrgicas seja ainda mais eficaz sabendo-se que é um combate longo, é combate contínuo, porque é oferta cada vez maior de meios complementares de diagnóstico, de consultas e de identificação de problemas para resolver, mantêm esta lista sempre com uma tendência crescente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Já foi explicado pelo Sr. Deputado Faria Maia, mas eu gostaria de dizer o seguinte e sem nenhum pretensiosismo: este é o verdadeiro cheque saúde. Nós chamamos-lhe Vale Saúde porque entendemos que devia ser algo mais que um

cheque, que não devia ser um pagamento, devia ser uma alternativa que as pessoas tinham à produção acrescida que havia na altura e foi mais uma ideia inovadora do CDS na altura, tem praticamente cinco anos, e que já resolveu dezenas de casos nos Açores e este ano com uma verba, como já foi dito, substancial, reforçada, tenho a certeza que juntamente com o CIRURGE aproximar-se-á dos dois milhões de euros o dinheiro destinado a combater as listas de espera e como já ouvimos ontem, temos aqui o compromisso do Sr. Presidente do Governo de destas medidas serem depois avaliadas e executadas na sua plenitude.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A proposta apresentada pelo PSD à ação 8.6.7 fica prejudicada, uma vez que aprovámos um reforço para esta mesma ação quando votámos as ações do programa 1.

Por isso, continuamos também com propostas do PSD, neste caso concreto para a criação de uma ação 8.6.1 por redução da dotação provisional.

8.6.11. Obrigada pela correção.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

É a 8.6.11. Eu erradamente disse 8.6.1, mas é 8.6.11 por contrapartida da redução da dotação provisional.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como todos bem se lembram já reforçámos esta verba em bem mais (substancialmente mais) do que aqui está por parte do PSD e nós nunca concordámos, como se lembram, com os cuidados continuados e paliativos integrados, sempre achámos que deviam ser separados, quando o Governo fez os cuidados integrados e paliativos achámos que deviam ser separados. Portanto, nós achámos que o PSD está certo nesta medida, as equipas ainda não existem e, portanto, o que tem de ser dito, tem de ser dito e é pena que os cuidados paliativos existem desde 2008, se não me falha a memória, ou 2009 ...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Eu não estou a dizer que têm verba neste plano, estou a dizer que já propus nos outros, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para os cuidados paliativos integrados. Eu conheço-o só de abanar a cabecinha. Já o conheço!

Portanto, o que eu quero dizer é que esta medida é bem-vinda e que terá o apoio naturalmente do CDS porque essas equipas de alta dos cuidados paliativos são absolutamente essenciais e já deviam estar a funcionar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para efeitos apenas da vossa votação, alertar, o que não impede que a intervenção possa ser feita neste momento, que o que estamos a votar agora é o Cheque Consulta e, portanto, o sentido pode não ser o mesmo. Só para terem isso em atenção.

Vamos então votar a criação desta ação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para a criação da ação 8.6.12 também proposta pelo PSD, por contrapartida da redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta do PSD para criar a ação 8.6.13 por redução também da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para a última proposta de alteração para este programa. É do CDS. Propõe criar uma ação 8.7.3.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgamos mais uma vez que é uma ação inovadora e que é bem necessária na Região Autónoma dos Açores exatamente para qualificar os médicos de medicina geral e familiar que exercem nas ilhas mais pequenas, por quem eu tenho um profundo respeito, porque já tive a oportunidade de trabalhar nomeadamente no Centro de Saúde da Graciosa quando lá fazia serviço, sei as dificuldades que eles têm quando lhes chega um caso mais grave, portanto, acho que a formação e a emergência médica em suporte avançado de vida (e elaboraremos neste sentido um decreto legislativo regional para se regulamentar essa formação médica) é uma ação muito importante para os próprios médicos, para se sentirem mais seguros numa altura em que a medicina e o doente exige muito dos médicos e tivemos aqui um caso bem recente em que o pai exigia que a criança fosse evacuada e que um exigia que fosse o outro, portanto, tem de dar segurança ao médico, formação ao médico e defendê-lo também da má prática médica que hoje em dia também muito sujeita a processos judiciais.

É uma excelente medida e sobretudo dá segurança às populações e também garantir que o doente está bem atendido, bem tratado, bem medicado, até eventualmente ser evacuado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Dionísio Faria Maia tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mais e melhores competências de facto na área da abordagem das situações urgentes e emergentes vêm capacitar os médicos nas ilhas sem hospital para não só um atendimento mais eficaz, como tomadas de decisão clínica mais consequentes.

Na sequência do que já está implementado e com algum sucesso em programas de formação, nós certamente tínhamo-nos que associar a esta proposta de

alteração do CDS-PP, porque ela vem reforçar esta capacidade formativa que ficará à disponibilidade dos médicos das ilhas sem hospital.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não há. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 8 com as alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora às votações no âmbito do programa 9.

A primeira é a do PPM que cria a ação 9.1.23 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS que propõe reduzir a ação 9.2.2 por reforço da 9.2.5.

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dia depois da aprovação do orçamento de estado na Assembleia da República e desse mesmo prever uma redução das propinas em todo o território nacional, incluindo nos Açores, depois do Partido Social Democrata nessa Assembleia da República ter votado contra a diminuição dessas propinas, nos Açores, de uma forma responsável, não tendo competências nesta matéria, na definição daquelas que são as propinas a pagar pelos estudantes no país, inclusivamente nos Açores, a verdade é que o Partido Socialista vê com bons olhos aquela que foi a proposta apresentada pelo CDS-PP, porque enquanto na Assembleia da República se diminui o valor das propinas a pagar pelos estudantes, nós aqui aumentámos o apoio que é dado àqueles que por algum motivo possam ter alguma dificuldade em prosseguir os seus estudos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração do PSD apresentada para esta mesma ação.

Passamos agora para a proposta de alteração do CDS que reforça a ação 9.2.7 por redução da dotação provisional.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

Presidente: Coloquei à votação a proposta do CDS que reforça a ação 9.2.7 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta do PPM que cria a ação 9.2.18 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD que cria a ação 9.4.31 por contrapartida da redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PS que também cria uma ação 9.4.31.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS apresenta esta proposta no sentido de continuarmos a melhorar as condições de vida dos idosos e das pessoas com mobilidade reduzida. É nossa intenção facilitar e minimizar as dificuldades impostas pela vida e tudo fazer para reduzir e eliminar os obstáculos que existam nos edifícios públicos.

Com esta proposta queremos continuar a promover mais igualdade, quebrando barreiras e facilitando acessibilidades.

Esta é mais uma evidência que realmente não deixamos ninguém para trás.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o programa 9 com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora às votações do programa 10.

Temos apenas duas propostas de alteração que são do PCP. A primeira pretende reforçar a ação 10.1.3 por redução da 14.9.3.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta de alteração ao Plano Regional Anual da Representação Parlamentar do PCP e mais concretamente à ação 10.1.3, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá se abster não porque discorde da intenção do PCP, mas porque nesta Assembleia ainda durante esta semana ficámos a saber pelas palavras da Sra. Secretária da Solidariedade Social que de facto a verba atribuída a este programa não é 100% executada, nem lá perto, porque há falta de candidaturas, portanto, as pessoas não se candidatam.

Interessava mais perceber o que é que neste momento está a criar obstáculos para que as pessoas não acedam a este programa, ou o porquê do desinteresse no acesso a este programa, já que no ano passado, ou melhor dizendo, este ano só 500 ou 600 mil euros é que foram realmente executados. Portanto, é por isso mesmo que nos iremos abster, porque não é reforçando esta verba com mais 1 milhão de euros que iremos de facto conseguir uma maior abrangência deste programa. Interessa, sim, conhecer as razões pelas quais as pessoas não estão neste momento a acedê-lo.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos agora à proposta para criar a ação 10.1.4 por redução da 10.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar o programa 10 com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos para o programa 11.

A primeira proposta de alteração a ser votada é a do PCP, reforça a ação 11.1.1 por redução da 14.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: A próxima proposta é do Bloco de Esquerda que cria a ação 11.1.18 por redução das ações 11.1.11 e 11.1.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta a ser votada é do PCP que cria a ação 11.2.28 por redução da 11.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Repetir a votação?

Vamos repetir então.

Coloquei à votação a proposta do PCP que cria a ação 11.2.28 por redução da 11.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 votos a favor do PSD.

Presidente: Passamos agora à proposta do PSD que cria a ação 11.2.28 por redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos à próxima proposta de alteração do PSD neste caso de criação de uma ação 11.2.29 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a vossa.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora para a proposta do PSD que cria uma ação 11.2.30 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: A próxima proposta de alteração do PCP está prejudicada por ter contrapartida do programa 1 que já está fechado, por isso, passo para a proposta do PSD que propõe criar uma ação 11.3.14 por redução da dotação provisional.

É criação da ação 11.3.14 proposta pelo PSD por redução da dotação provisional. A do PCP estava prejudicada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A última alteração a este programa 11 cabe ao PPM, propõe criar uma ação 11.6.4 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então votar o programa 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora ao programa 12.

Coloco à votação a proposta de alteração, ou neste caso de criação de uma ação, apresentada pelo PSD, que cria a ação 12.1.6 por redução da aquisição de bens e serviços correntes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então votar o programa 12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É para ir buscar doentes a São Jorge!

Presidente: Vamos então fazer ainda a votação do programa 13, porque tem poucas propostas de alteração.

Coloco à votação a proposta do CDS que cria a ação 13.1.24 por redução da dotação provisional.

Sr. Deputado Jorge Paiva tem a palavra.

(* **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração é importante para a consolidação da encosta e para a valorização dos ex-libris de São Jorge que são as Fajãs.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(* **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta do CDS-PP que considera responsável e após a análise que foi feita pelo Governo Regional, pelo Laboratório de Engenharia Civil, pelo LREC, e após também já ter

indicações da forma como intervir considera uma boa proposta, agradecendo também os bons contributos para melhorar este plano e orçamento do Governo dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Eu não anunciei, mas a proposta do PCP para a criação da ação 13.1.24 está prejudicada, porque tem contrapartidas do programa 1 e agora ponho à votação a proposta apresentada em conjunto pelo PS e pelo PCP que cria a ação 13.1.24 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do PCP que cria a ação 13.1.25 por contrapartida da ação 14.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

PCP, 13.1.25.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: E por fim, para este programa 13, a proposta do PCP que cria a ação 13.1.26 por redução da 14.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então votar o programa 13 que acabámos de encerrar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, fazer então interromper para o almoço.

Regressamos às 15 horas para continuarmos as votações.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 40 minutos; o PS de 31 minutos e 7 segundos; o PSD de 22 minutos e 37 segundos; o CDS de 6 minutos e 33 segundos; o Bloco de Esquerda de 9 minutos e 40 segundos; o PCP de 10 minutos e o PPM de 9 minutos e 55 segundos.

Presidente: Regressamos então às 15 horas.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Vamos dar continuidade às votações. Estamos agora no Programa 14. Coloco à votação a proposta do PCP para a criação de uma ação 14.1.4, por redução da 15.1.2.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente só para justificar o sentido de voto do Bloco de Esquerda nesta proposta do PCP.

Iremos abster-nos, porque consideramos que mais urgente do que preparar uma via alternativa entre a freguesia da Ribeira Quente e Vila da Povoação, é necessário fazer e consolidar as condições de segurança da atual via para que não fiquemos com duas vias eventualmente sem as condições de segurança necessárias. Daí nos abster-nos nesta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD para criação de uma ação 14.1.4, por redução na aquisição de bens e serviços.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP para criação de uma ação 14.1.5, por redução da 14.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PCP para reforço da ação 14.2.4, por redução da 14.9.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora a votação também uma proposta do PCP de reforço da ação 14.2.8, por redução da 14.2.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD de reforço da ação 14.2.24, por redução da 14.12.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração do PSD de reforço da ação 14.5.8, por redução na aquisição de bens e serviços.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do CDS de reforço da ação 14.5.13.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apresentamos esta proposta de alteração com o objetivo de certificar o aeródromo de São Jorge.

Esta proposta visa melhorar a operacionalidade deste aeródromo e consequentemente levará a uma melhoria das acessibilidades para os jorgenses e para quem nos visita.

É, portanto, um grande contributo para o desenvolvimento económico e melhora substancialmente a qualidade de vida dos jorgenses.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do CDS de reforço da ação 14.5.14, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta do PSD de criação da ação 14.5.23, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta do PCP, criação de uma ação 14.5.24, por redução da 14.9.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta do PSD, criação de uma ação 14.5.24, por redução da dotação provisional.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aproveitar esta proposta do PSD para justificar o sentido de voto nela e na proposta 14.5.23, “elaboração do projeto de ampliação da pista do aeroporto da Horta”.

O Bloco de Esquerda considera que a ampliação da pista do aeroporto da Horta deve efetivamente ser feita, e o assunto já foi discutido diversas vezes nesta Casa e apresentámos proposta nesse sentido.

Há uma medida no Orçamento de Estado prevista para que seja a ANA a fazer este investimento e ele deve ser feito efetivamente pela ANA e não pelo erário público regional. Não ser a Região a ter essa incumbência e a fazer esse investimento, concordando obviamente com o objetivo.

Relativamente ao aeroporto do Pico é um aeroporto regional. Concordamos obviamente com essa proposta do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta do PCP, para criação de uma ação 14.5.25, por redução da 14.9.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta do PSD, criação de uma ação 14.5.25, redução na aquisição de bens e serviços.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de criação da ação 14.5.26, pelo PSD, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é também do PSD, cria a ação 14.5.27, por redução na aquisição de bens e serviços.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima também é do PSD, é a criação da ação 14.5.28, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora para a criação da ação 14.5.29, proposta também pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora para a criação da ação 14.5.30, proposta pelo PSD. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para a criação da ação 14.5.31, proposta pelo PSD. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: A próxima proposta, também para a criação de uma ação 14.5.32, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima ação proposta pelo PSD é criar a ação 14.5.33.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PPM. Propõe criar a ação 14.9.5, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: A última proposta de alteração a este programa é proposta pelo PSD. Propõe criar a ação 14.12.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 14 com as alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o Programa 15, uma vez que não há proposta de alteração para este Programa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Em relação ao Programa 16 todas as propostas de alteração são do PPM.

A primeira prevê criar a ação 16.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para a criação da ação 16.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é criar a ação 16.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Por fim, a ação 16.4.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar então o Programa 16.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Anual Regional para 2019, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos dar continuidade às votações.

Passamos agora para a votação na generalidade da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2019”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2019”, foi aprovada, na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS.

Presidente: Vamos então agora iniciar as votações na especialidade.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No início do debate na especialidade deste Orçamento, queria, em nome da bancada do PSD, manifestar a nossa satisfação por o Governo ter aprovado, ou ter mostrado a sua concordância em aprovar (que é aquilo que se vai seguir), três medidas que nós consideramos fundamentais.

Em primeiro lugar, o sentar à mesa com os Sindicatos dos Professores no sentido de lhes reconhecer a contagem de tempo integral de serviço.

Em segundo lugar, por ter reconhecido a justa luta dos trabalhadores e aceitar o aumento da remuneração complementar.

Em terceiro lugar, por ter aceite aumentar o abono de família, numa proposta justa para aqueles que mais necessitam.

E estamos satisfeitos, independentemente da justiça de cada uma dessas três medidas, de cada uma dessas três ações, porque ao contrário daquilo que ontem fomos acusados, de sermos uma oposição que só falava mal e nada propunha, valeu a pena sermos resistentes e resilientes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Reconhecendo a justa luta dos professores e, em primeiro lugar, reconhecendo que esta vitória é uma vitória dos professores,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... nós colocamo-nos ao lado dessa luta justa, no reconhecimento da dignidade dos professores e na importância que eles têm para o sistema educativo.

Apresentámos aqui há um mês um Projeto de Decreto Legislativo Regional que previa a recuperação de tempo integral dos professores durante cinco anos.

Há um mês atrás o PS chumbou essa nossa proposta.

Deputada Mónica Seidi e Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado André Bradford (PS): Não é a mesma!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é verdade!

O Orador: Durante anos, vários sucessivos, apresentámos, por diferentes vezes, propostas de aumento do abono de família e do aumento da remuneração complementar. As nossas propostas foram sempre chumbadas, mas diria, e de novo repetindo, estamos satisfeitos porque fomos resistentes, resilientes e ao fim de todos estes anos o Governo reconhece aquilo que o PSD há muito tinha reconhecido e que o PS, em devido tempo, se recusou a reconhecer e chumbou. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo confessar que não esperava que este debate na especialidade da proposta do Orçamento começasse com o anúncio do PSD que ia votar favoravelmente a proposta do Governo, porque só é possível entender o que disse o Sr. Deputado Luís Maurício, para sermos coerentes, como um voto favorável às medidas que constam deste Orçamento.

Se diz o Sr. Deputado Luís Maurício que, no fundo, o que este Orçamento faz e o que o Governo se disponibilizou a fazer foi reconhecer aquilo que o PSD achava que era fundamental, ora ninguém perceberia, nesta Região, que o PSD não vote favoravelmente...

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... um documento que, no fundo o que faz, diz o senhor, é reconhecer todas as lutas justas, todas as propostas dos últimos dois anos do PSD.

Portanto, fica essa nota. Ficam os açorianos a saber que muito provavelmente o PSD aprovará o Orçamento Regional.

Mas há mais: é que é também uma demonstração inequívoca de uma presunção política que não fica bem.

A proposta do PSD em relação aos professores não é no *timing*, não é no conteúdo, não é na forma de fazer em nada semelhante àquela que ontem aqui foi apresentada pelo Sr. Presidente do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a proposta do PS?

O Orador: O que mudou, e isso podemos discutir quando lá chegarmos, foi o contexto, muito por culpa até da atuação de uma certa maioria negativa que se criou na Assembleia da República e que poderia, se não fosse a decisão do Governo, arrastar os professores dos Açores para uma fase de impasse do processo; o que mudou são também as considerações que se fazem sobre as prioridades e as disponibilidades financeiras.

Portanto, pensar-se que quando o Governo toma este conjunto de decisões o faz por causa do PSD, é de uma presunção política que nós não podemos acompanhar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Portanto, como não faremos deste debate um campeonato para saber se os senhores é que chegaram primeiro, se as suas reivindicações são aquelas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem chegou primeiro foram os professores!

Deputado Luís Maurício (PSD): Vitória dos professores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fala o partido que não tem nenhuma proposta!

O Orador: ... que constam da proposta, como o que nos importa mesmo é que esta Região siga o seu caminho de desenvolvimento, que os pensionistas tenham melhores condições, que os professores vejam reconhecidos os seus direitos, que as crianças e os jovens desta Região tenham mais condições, como isso é que é mesmo relevante,...

Deputado Luís Garcia (PSD): As crianças são sinalizadas nas escolas pelos professores!

O Orador: ... eu fico muito satisfeito em poder contar com a disponibilidade política do PSD para nos acompanhar na aprovação deste Orçamento quando chegarmos à votação final.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, eu, ao ouvir a sua intervenção, lembro-me de um dito que também já ouvi nesta Casa que é “o galo também pensa que é por cantar que o sol nasce”.

Assim está o PSD nesta matéria...

Deputado Luís Garcia (PSD): Coerente!

O Orador: ... tentando no naufrágio em que se tornou, agarrar-se desesperadamente a uma tábua de salvação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: Não há de ser por causa de nós que o PSD não se salva.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos salvar o PSD!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas eu gostava de lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado Luís Maurício:

Comecemos pela questão dos professores. Nós não estamos a falar da mesma coisa. Não estamos a falar da mesma coisa no procedimento, nem estamos a falar da mesma coisa na substância, porque no procedimento aquilo que os senhores queriam que fosse feito nesta Casa era excluir pura e simplesmente um processo de negociação naqueles que eram aspetos fundamentais. Tão simples quanto isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o que os senhores fizeram!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores recusaram!

O Orador: Em segundo lugar, dizer-lhe que aquilo que tem sido referido tem também alguns aspetos que são bastante diferentes dos quais destacaria a questão das restrições orçamentais que o PSD colocou como fator limitador da sua própria proposta e que do ponto de vista do Governo, conforme ficou claro ontem, não é assim que nós entendemos.

E se se fala desta questão dos professores nesses termos, também se pode falar das outras duas questões.

O PSD teve um determinado entendimento sobre esta matéria. O que resultou destes debates e nomeadamente de ontem, é que o PS tem mais ambição do que o PSD exatamente nessas matérias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que estava preparado e a juntar os minutos todos para discutir esta matéria no âmbito da proposta que apresentei a este respeito, no âmbito da discussão deste Orçamento, mas o PSD antecipou-se e colocou já o assunto na agenda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como sempre o PSD tira-lhe o tapete!

Deputado Manuel Pereira (PS): Ele ainda não percebeu!

O Orador: Mas devo dizer o seguinte, e deixem-me começar, no âmbito da discussão deste assunto, sem qualquer tipo de ofensa e sem que possa ser interpretado como um ato de provocação deixem-me fazer isto.

(O Sr. Deputado levanta o braço e com os dedos indicador e médio levantados, e separados, formou um V)

E isto é um gesto que foi celebrizado por Churchill, o gesto da vitória. É o gesto da vitória dos professores em relação a esta matéria.

Este é um gesto que apetece fazer, depois de tantos meses de combate político nesta matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas eu quero dizer-vos que esta não é uma vitória contra ninguém (não é uma vitória contra ninguém!), é sobretudo uma vitória a favor da dignificação dos professores, é uma vitória a favor da dignificação, da projeção e da melhoria do sistema do educativo dos Açores, é uma vitória a favor dos alunos dos Açores. É assim que eu a vejo. Vejo-a no sentido positivo.

Devo dizer-vos também que nunca, mas nunca, irei realizar qualquer tentativa para me apropriar de uma vitória que tem um protagonista.

Deputado André Bradford (PS): É exatamente o que o senhor está a fazer!

O Orador: Esses protagonistas são os professores dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): São ou é?

O Orador: Não, não! São! Porque o combate ainda não terminou.

Devo dizer-vos, em relação a esta matéria, que esta vitória dos professores é uma vitória da justiça que os senhores no início não quiseram reconhecer, que os senhores impediram a concretização da mesma durante meses de combate, em que foi necessária muita gente fazer sacrifícios tremendos.

Oiçam! Eu sou professor!

Portanto, eu sei o que significa ter que faltar a aulas que se querem dar, ajudar os alunos que se querem apoiar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e não foi porque o Sr. Presidente do Governo Regional nem sequer quis negociar com os professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Não venha agora apresentar-se como o salvador dos professores, porque os professores não lhe reconhecem, não valorizam esse seu gesto de hipocrisia, Sr. Presidente do Governo Regional,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque foi o Sr. Presidente do Governo Regional que impediu o diálogo,...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... foi o Sr. Presidente do Governo Regional que atrasou o processo nos Açores e foi o Sr. Presidente do Governo Regional que negou a Autonomia dos Açores nesta matéria.

Deputado André Bradford (PS): A Autonomia foi mais do que exercida ontem!

O Orador: Eu devo dizer-lhe que os professores não compreenderam por que é os Açores, podendo decidir melhor – porque é para isso que existe Autonomia, para poder decidir melhor – não utilizaram essa prerrogativa e por que é que o senhor negou à Autonomia dos Açores essa capacidade.

Não venha agora apresentar-se como o salvador da situação. O senhor não foi a solução! O senhor foi, durante muito tempo, o problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E devo dizer-vos também, para terminar esta primeira intervenção sobre esta matéria, que ninguém se aproprie deste êxito dos professores. Ninguém se aproprie deste êxito dos professores!

Deputado André Bradford (PS): A não ser o senhor!

O Orador: Oiça! Eu também tenho uma pequena percentagem, desde logo, porque sou professor (desde logo, porque sou professor!).

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não se aproprie e tem uma pequena percentagem!

O Orador: Portanto, não sou outra coisa. Esta é a minha profissão.

Portanto, empenhei-me nesta matéria como todos os outros professores dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quase todos!

O Orador: ... se empenharam nesta luta.

E devo dizer-vos, para terminar, Sr. Presidente do Governo Regional e restantes Deputados que me estão a ouvir, para não parecer que esta intervenção está muito focalizada em si, Sr. Presidente,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não está inteiramente!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não! Ó Sr. Deputado!...

O Orador: Não está inteiramente, está muito!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Bem me parecia!

O Orador: Mas se está muito focalizada em V. Exa., é porque V. Exa. foi o principal problema.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Foi a solução!

O Orador: Foi V. Exa. que impediu durante muito tempo que este assunto se pudesse resolver.

O Sr. Secretário da Educação, que utiliza aquele truque da invisibilidade que o Feiticeiro de Oz também utilizava, agora desapareceu. Há dois dias que está desaparecido, ninguém o encontra. Está desaparecido em combate.

Devo-lhe dizer: Sr. Secretário, esperar por Lisboa e pelas decisões da República? E o possível veto do Presidente da República? E todas essas complicações burocráticas que V. Exa. dizia? Não, não! Nós agora temos que esperar pela República, ainda pode vir o veto do Presidente da República.

Os senhores nem esperaram pelo veto do Presidente da República.

Sabe o que é que aconteceu?

Os senhores estavam à beira do precipício. O que os senhores fizeram foi olhar para as sondagens miseráveis que apontam para a derrota eleitoral do Partido Socialista em 2020, e os senhores nessas circunstâncias, o que fizeram foi, “bem, vamos entrar num comboio, vamos entrar neste comboio enquanto é tempo”.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Mas o senhor acredita mesmo nisso?

O Orador: Foi isso que os senhores fizeram.

Portanto, tudo se resume a isto. Eu estive, muitos estiveram, os professores estiveram ao lado da justiça para que se recuperasse o tempo de serviço que tinha sido efetivamente prestado, ou que foi efetivamente prestado.

Os senhores só surgem para salvar a mobília no último momento, porque o “fogo já vos estava a queimar os pés” e os senhores surgiram agora porque nada podiam fazer a não ser embarcar para salvar o que resta do vosso Governo.

Mas mesmo assim tenho a certeza absoluta que existe uma coisa nos Açores que se chama memória, e os professores com certeza que vão valorizar aqueles que tiveram desde sempre ao seu lado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, até porque o tempo não é muito, para dizer ao Sr. Deputado André Bradford que não pode retirar das afirmações que eu fiz, que agora o PSD ia votar a favor do Orçamento.

Deputado José Ávila (PS): Mas parece!

O Orador: É naturalmente uma falta de atenção da sua parte e, desculpe que lhe diga, alguma incapacidade de interpretar aquilo que eu aqui afirmei.

Deputado André Bradford (PS): O problema é meu!

O Orador: Mas, Sr. Presidente do Governo, não queria ser consigo deselegante, assumindo aqui a utilização de uma linguagem metafórica, como V. Exa. utilizou, para se referir às minhas palavras relativamente e nomeadamente à satisfação com que aqui manifestei da aprovação dessas três medidas fundamentais.

Nós não fazemos corridas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Apresentamos aquilo que é justo. E apresentamos aquilo que no nosso entender é justo no tempo que nós achamos que é justo.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: A diferença é que V. Exas. consideram sempre, e nomeadamente no que diz respeito à questão dos professores, que essa era uma matéria que a República iria decidir.

Deputado André Bradford (PS): Mas o problema agora é que a República não consegue decidir!

O Orador: Deram cabo da vossa capacidade de decisão.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é de agora!

O Orador: Fizeram depender a vossa decisão da República.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: E agora, no último momento tiveram que ceder não ao PSD, mas aos professores, Sr. Presidente.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É verdade!

O Orador: Quem ganhou esta luta foram os professores, não foi o PSD.

Disse o Sr. Presidente: mas então as propostas do PSD não são idênticas àquelas que o Partido Socialista apresentou, porque o PSD colocava de parte o processo negocial com os sindicatos.

Ó Sr. Presidente, o senhor está mais uma vez a desautorizar o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que mandou para a polícia os professores se quisessem reclamar.

Então qual é a capacidade negocial que o seu Governo teve com os professores? O senhor não pode avançar com esse argumento para justificar uma opção, essa sim, que foi tomada à última da hora porque os senhores estavam aflitos e tiveram que recuar.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para intervir sobre esta matéria, obviamente na proposta que nós temos sobre a contabilização do tempo de serviço, mas obviamente aproveitei o momento para falar também sobre o assunto.

O que o Bloco de Esquerda quer neste momento dizer é que valoriza acima de tudo e saúda a luta dos professores que durante mais de um ano não desistiram,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: ... fizeram greves, estiveram na rua,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e não cederam.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Não desistiram perante a intransigência absurda do Governo Regional que se recusava sentar à mesa para negociar aquilo que era da mais elementar justiça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Muito bem!

O Orador: Foi por isso mesmo que o ano passado apresentámos uma proposta para que o Governo Regional fizesse aquilo que neste momento se predispõe a fazer, que é sentar-se e discutir e negociar.

Sras. e Srs. Deputados, quando se toma decisões acertadas, mais vale tarde do que nunca, mas levou muito bem. Foi mais de um ano. Foi um ano de luta dura para os professores, de perturbações nas escolas, de prejuízos para todos que eram perfeitamente evitáveis e que os senhores têm responsabilidade por eles.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade sim senhora!

O Orador: Mais vale tarde do que nunca! Saudamos essa decisão, mas é pena ser tão tarde.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não deixa de ter alguma graça, não deixa de ser hilariante, para não usar outro termo, o seguinte:

Diz o povo que “pior do que cometer um erro, é persistir no erro”.

Se corrigirmos o erro, estamos a agir bem. Muito bem!

A vitória é dos professores!

O CDS deu um grande contributo para essa luta dos professores, aliás reconhecida por eles. Não sou só eu que estou a reconhecer, foram eles que me transmitiram.

Mas nunca me achei no direito de falar por eles, nem no nome deles.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Risos da câmara)

O Orador: Eu explico! Eu explico!

Alguns se acham, abrindo este debate do Orçamento, ser embaixadores dos professores. Não sei se lhe passaram procuração.

Eu não tenho procuração dos professores, mas há uma coisa que é interessante também nós analisarmos, porque a política tem que ser feita com seriedade aos olhos dos açorianos, com transparência e com verdade.

Imagine-se o seguinte:

Se a proposta do PSD fosse aprovada hoje ela era uma boa proposta e o Governo estava de parabéns. Mas é porque era a proposta do PSD!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não era uma boa proposta!

O Orador: Se é a proposta do Governo, o PSD acha mal!

Há que sermos aqui rigorosos na nossa análise, porque caímos no risco da demagogia pura e barata.

Devo dizer-lhe, Sr. Presidente, o seguinte:

Não houve ninguém, aqui dentro, que com seriedade, com objetividade criticasse o Governo. Ainda o Sr. Secretário da Educação, questionei-o duramente, há dois dias, sobre o exercer da nossa Autonomia.

O que é que o PSD, o PPM e o Bloco preferiam?

Estar à espera de Lisboa ou que exercêssemos a nossa Autonomia, o Governo apresentasse uma proposta e que avançasse mais depressa do que Lisboa?

Eu sou um defensor da Autonomia e por isso, Sr. Presidente, não tenho nenhum problema em felicitar o Governo e a dizer foi tarde, mas valeu a pena. Valeu a pena reconhecer o esforço da classe docente, que nunca desistiu, nunca baixou braços e cá estamos para reconhecer e também exercer a Autonomia deve ser a função deste Governo e deste Parlamento.

Não fazemos politiquice com coisas sérias.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver.

Vamos então iniciar as votações. Começamos pelo artigo 1.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PSD.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para pedir para votar o artigo 2.º... Agora é a proposta de alteração, é isso.

Presidente: Agora. Mas depois o artigo 2.º como é que quer que vote?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Neste momento a proposta de alteração e depois logo se vê.

Presidente: *Ok.* Muito bem, está então à votação a proposta de alteração do PSD ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era apenas para solicitar que o n.º 2 fosse votado em separado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está à votação então os n.ºs 1, 3, 4, 5 e 6, do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o n.º 2, do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 16 horas e 08 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Sras. e Srs. deputados, vamos então dar continuidade às votações.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Só para anunciar que o Bloco de Esquerda retirou a sua proposta de aditamento ao artigo 40.º – proposta de aditamento 40.º-B.

Presidente: Muito bem. Fica então a indicação que esta proposta de alteração, nomeadamente o aditamento artigo 40.º-B, pelo Bloco de Esquerda, foi retirado pelo proponente.

Vamos então continuar com as nossas votações.

Sr. deputado André Bradford, para uma interpelação.

(*) **Deputado André Bradford (PS)**: Era sugerir que votássemos o 3.º e o 4.º em conjunto, se for possível.

Presidente: Sim senhor. Não havendo oposição...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, em separado.

Presidente: Não? Separado.

Muito bem. Então vamos votar o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Sr. deputado João Bruto da Costa, tem a palavra para uma interpelação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. presidente, se eventualmente a Câmara concordar, podemos votar o 4.º, o 5.º e o 6.º em conjunto.

Presidente: O 5.º não o posso fazer porque tem uma proposta de alteração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Peço desculpa, tem razão.

Presidente: Está agora à votação o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora então à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Vamos repetir a votação. Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 do CDS-PP; 19 abstenções do PSD, 1 do PPM; 2 votos a favor do BE e 1 do PCP.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 do CDS-PP; 19 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora a duas propostas de aditamento. A primeira é do PCP, propõe aditar um artigo 7.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação também uma proposta de aditamento, artigo 7.º-A, do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sr. deputado Paulo Estêvão, é para repetir a votação?

Vamos repetir a votação. Vou ter que anunciar novamente. Está aqui em causa a votação do artigo 7.º-A, proposto pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

7.º-A, do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 3 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora a outros dois aditamentos. O primeiro, do PCP, propõe aditar o artigo 7.º-B.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento, proposta pelo Bloco de Esquerda, artigo 7.º-B.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 do CDS-PP; 19 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à outra proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, artigo 7.º-C.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 2 votos a favor do BE e 1 do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Vamos repetir a votação.

Está à votação o artigo 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP; 19 votos contra do PSD; 2 abstenções do BE, 1 do PPM.

Eu, peço desculpa, vou anunciar outra vez a votação.

O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 1 do PCP; 19 votos contra do PSD; 2 abstenções do BE e 1 do PPM.

Presidente: Vamos agora votar as propostas de alteração ao artigo 9.º. A primeira é do PCP.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Fica prejudicada a proposta de alteração do Bloco de Esquerda, que é exatamente de igual teor. Por isso, coloco agora à votação o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 votos contra do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco à Câmara a possibilidade de colocar à votação conjunta os artigos 10.º ao 13.º inclusive. Não havendo oposição, estão então estes artigos à votação.

Sr. deputado Paulo Estêvão, qual é o que quer que eu ponha à votação separada, se é que posso pôr algum?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não. Todos.

Presidente: Todos separadamente? Posso pôr todos separadamente.

O Orador: Sra. presidente...

Presidente: Eu queria colocar à votação conjunta...

O Orador: Não estou a perceber o aparte do Sr. deputado.

Eu estou a pedir é para uma votação... porque tenho votações de sentido diferente para cada um dos artigos.

Presidente: Sim, Eu vou colocar à votação separada. Só queria era reconfirmar porque pensei que não tinha percebido era aquilo que eu tinha dito.

Portanto, está à votação o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 do BE; 4 votos contra do CDS-PP; 19 abstenções do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 14.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE; 19 abstenções do PSD, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está à votação o artigo 15.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 16.º.

Sr. deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sra. presidente.

Aproveito esta proposta de alteração, uma vez que o Bloco de Esquerda também procura alterar este artigo, para explicar e apresentar as duas propostas de alteração que estão relacionadas. No caso, a primeira proposta de alteração ao artigo 16.º, que limita as alienações a participações sociais em setores que não são estratégicos para a Região. Com isto, obviamente, pretendemos impedir que se continue com o desastroso e danoso processo de privatização da SATA Internacional, seja a 49, seja a 51%. Para nós o que interessa é manter a SATA pública, reforçá-la e salvá-la para ela cumprir o papel que ela deve cumprir.

Relativamente à proposta de alteração do PCP, eu gostaria de dizer que ela elimina esta limitação. E aquilo que eu percebo desta proposta é que ela dá um cheque em branco ao Governo Regional para o Governo Regional poder alienar

todas e quaisquer empresas públicas, sejam de setores estratégicos, ou não sejam de setores estratégicos, o que demonstra uma mudança da doutrina do PCP, que, salvo uma opinião contrária do PCP, uma explicação contrária do PCP, nós registamos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo:

Para apresentar a proposta de alteração que o PSD apresenta ao artigo 16.º, permitindo a alienação da participação social indireta da Região Autónoma dos Açores, ou que a Região Autónoma dos Açores detém, até ao limite que assegure a sustentabilidade económico-financeira da SATA Internacional, devendo promover-se um estudo que sustente essa decisão e apresentado ao Conselho Económico e Social e a esta Assembleia Regional.

Esta nossa proposta fundamenta-se, como já tive oportunidade de dizer em outras ocasiões ao longo deste debate, na preocupação que o PSD tem com a situação económico-financeira da SATA, da sua falência técnica, do facto de, num processo concursal recente, se ter verificado não ter havido a apresentação de nenhuma proposta vinculativa para a aquisição da SATA Internacional. E, portanto, o que nós pretendemos aqui é, com o objetivo de manter a SATA aberta e a sua sustentabilidade económico-financeira, possibilitar que, através da abalização através desse estudo, possamos determinar se a sua privatização será aquela que se manteve até agora, até a essa possibilidade, até 49%, ou mais do que 49%, tendo como único objetivo a defesa do interesse dos açorianos, a defesa da SATA e dos seus trabalhadores.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Tem agora a palavra o Sr. deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Esta proposta que o Partido Social Democrata nos apresenta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há mais propostas!

O Orador: ... permite-nos tirar duas conclusões: a primeira é que, em relação à propriedade da SATA Azores Airlines, o PSD não tem posição, ou seja, (passo para a segunda conclusão) o PSD admite que tanto possa ser 10%, 5%, 90%, 99%.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Segunda questão: essa decisão do PSD, quando coloca num estudo de viabilidade para a empresa, submetido a um estudo de viabilidade para a empresa, quer dizer que a preocupação do PSD está, não com o serviço que a SATA Azores Airlines pode prestar aos Açores, mas, sim, exclusivamente subordinada à sobrevivência ou não da própria empresa. E, portanto, nesta matéria nós conseguimos perceber que o PSD, não só mudou de posição em relação àquilo que acontecia no passado, para uma posição de que não tem posição nenhuma!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Porque tanto pode ser o Estado detentor da maioria do capital, como pode o Estado não ter a maioria do capital. Só há uma conclusão que podemos retirar daí: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 200 milhões!

O Orador: ... a última preocupação que o PSD teve foi se a SATA Azores Airlines, depois deste processo, estaria em condições de servir os açorianos ou não.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados: É exatamente uma questão para o Sr. deputado Luís Maurício. Que explique, porque efetivamente eu tenho dúvidas, o que é que quer dizer: até ao limite que assegure a sua sustentabilidade económica e financeira.

Deputado Francisco César (PS): Essa é que é a questão!

O Orador: E, portanto, qual é esse limite? Se o limite for 50%, 100%... Se for 100% que assegure a sua sustentabilidade económica e financeira, deve o Governo alienar todo o capital da SATA? Portanto, é essa dúvida que tenho. Gostaria que me explicasse. E para se fazer esta proposta... porque o n.º 2 não bate com o n.º 3! Quer dizer, no n.º 2 dizem: “até ao limite que (...)”. Mas depois pedem um estudo! E é esse estudo que vai determinar esse limite? É também outra questão que eu queria colocar. Porque, eu vou-lhe dizer uma coisa, Sr. deputado Luís Maurício, eu acho que o que tem contribuído para enterrar a SATA são os estudos! E dessa experiência temos três, que eu me lembre. Custaram quase 1 milhão de euros! Um dizia A, o outro dizia B, o outro dizia C. E, portanto, é mais um estudo que nós queremos para salvar a SATA? Não me parece que seja assim!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo:

O PSD tem posição, ...

Deputado Francisco César (PS): É não tendo!

O Orador: ... Sr. deputado Francisco César!

Deputado Francisco César (PS): Não tem, não!

O Orador: A nossa posição é que, precisamente, no âmbito do estudo económico-financeiro da companhia e não de um estudo de viabilidade da companhia, ...

Deputado Francisco César (PS): É a mesma coisa!

O Orador: ... se determine aquilo que é o montante, em termos percentuais, que a Região ou os privados possam assumir no âmbito da SATA Internacional. E, portanto, nós o que queremos e a nossa preocupação, ao contrário daquilo que V. Exa. disse, é precisamente, e estamos preocupados com isso, é com o serviço que a SATA presta aos açorianos! Porque a continuar como a SATA agora está...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Aí é que está!

O Orador: ... a SATA fecha as portas, Sr. deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores, durante 10 anos, fizeram perder à SATA 200 milhões de euros! Os senhores... O ano passado, a SATA teve prejuízo de 41 milhões de euros! Este ano, vai ultrapassar este montante! Entregou à banca os quatro Dash 400! É isso que os senhores querem fazer?!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Ficar sem nada!

O Orador: É isso que os senhores querem que continue, tal e qual como está?! É isso que os senhores pretendem que continue a acontecer na SATA?!

Dificuldade em pagar ordenados! Dificuldades em pagar o 13.º mês! Nós não queremos isso, Sr. deputado! Nós não queremos isso! Porque, a continuarmos nesse caminho, nós vamos fechar a SATA!

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E, portanto, Sr. deputado, nós não fechamos a porta a que a situação atual se mantenha, os 49%! Agora, o que nós...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores não têm é posição nenhuma!

O Orador: Os senhor entenderia como posição dizer que era 52, 53, ou 60...

Deputado André Bradford (PS): Pode ser qualquer uma!

Deputado Francisco César (PS): Mas é o que faz diferença!

O Orador: A nossa posição é da viabilização da companhia!

Deputado Francisco César (PS): Não é!

O Orador: É da viabilização da companhia! Ó Sr. deputado, tenha em atenção isso! Ponha as mãos na consciência! Sr. presidente do Governo, ponha as mãos na consciência! 10 anos a fazer perder 200 milhões de euros à companhia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não pode tudo continuar como está! Continuar como está é fechar a porta!

E, portanto, Sras. e Srs. deputados, o que nós aqui pretendemos é precisamente isto: envolver os parceiros sociais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... envolver esta Assembleia Regional na viabilização de uma companhia que os açorianos amam, que os açorianos necessitam que ela continue aberta!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. presidente, Srs. deputados, Sr. presidente e membros do Governo:

Três ideias fundamentalmente em relação a esta matéria.

Estivemos a favor da liberalização do espaço aéreo, o Partido Socialista esteve contra e os sucessivos governos do Partido Socialista estiveram contra!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Em segundo lugar, nós estamos contra a privatização de qualquer parcela do Grupo SATA! Estamos contra a privatização! Os senhores abriram uma porta à privatização...

Deputado André Bradford (PS): De 49%!

O Orador: ... do Grupo SATA, começando com a SATA Internacional. É o início! Não sei até onde os senhores querem terminar. Também é bom que fique definido isto! Se alguém iniciou o processo de privatização no Grupo SATA foram os senhores! E, portanto, não venham agora encontrar desculpas de mau pagador em relação a esta matéria!

Terceiro lugar, os responsáveis pela falência da SATA são: o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista, fundamentalmente na pessoa do Sr. presidente do Governo, Vasco Cordeiro.

E finalmente, referenciar nesta matéria que eu considero que os Açores não devem ficar dependentes de companhias estrangeiras em relação às nossas ligações internas e às nossas ligações com o exterior! É fundamental que a SATA continue integralmente na mão dos açorianos! Um dia, eles mudam de estratégia, podem mudar as suas opções em relação aos Açores, e eu quero que

a decisão seja tomada pelos Açores, única e exclusivamente pelos Açores e única e exclusivamente na defesa dos interesses dos Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente, Srs. membros do Governo:

Vamos a ver aqui se nos entendemos! Eu percebo a posição do PCP, do Bloco de Esquerda, do CDS. Posso não concordar com ela, mas eu percebo que em todas estas posições estão subjacentes princípios. E o princípio que está por baixo ou que sustenta essa decisão, essa posição, é muito claro: é de que a SATA deve ter dos açorianos uma posição, ou seja, um ensejo totalmente público! Ou seja, os açorianos devem ter uma palavra a dizer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor tem memória curta!

O Orador: ... nos destinos da empresa! Só os açorianos!

Vamos à posição do Partido Socialista.

Deputado António Almeida (PSD): Um referendo!

O Orador: O Partido Socialista considera que, nos destinos da SATA Azores Airlines, os açorianos devem ter uma posição maioritária no destino da empresa!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E é possível aceitar que haja uma lógica privada no funcionamento da empresa, mas quem tem o centro de decisão, a orientação global para a empresa é o povo açoriano!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: São estas as posições que são claras!

O que eu não percebo é a posição do PSD! Sabe porque é que eu não percebo? É o porque o último que vai ser ouvido para decidirmos o que acontece com a SATA, sabe quem é? São os representantes do povo açoriano. Porquê? Porque

tudo interessa, tudo vai ser decidido com base num estudo económico-financeiro sobre o destino da empresa!

Deputado Luís Maurício (PSD): De sustentabilidade!

O Orador: Por isso mesmo! O que interessa, o senhor não sabe, calculo que saiba...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Leia o que está aí escrito!

O Orador: ... mas pelo menos isto não está na sua posição, o senhor sabe que a Azores Airlines voou para os Estado Unidos e para o Canadá, não sabe? E que isso é fundamental para servir os Açores! O senhor sabe que a Azores Airlines voou para o Faial, voou para o Pico, voou para Terceira, São Miguel e Santa Maria. O senhor sabe que algumas dessas rotas não são economicamente viáveis e que uma lógica privada pode pôr em causa essas rotas! O senhor sabe que o número de frequências que nós temos para os Açores, muitas delas são calculadas e são feitas para o continente tendo em conta o serviço para as populações! Não são números, é o serviço para as populações! Se, por acaso, se verificar que os açorianos deixam de ter uma palavra a dizer sobre isso, que é a consequência que um estudo de sustentabilidade pode eventualmente dar sem o interesse público ser acautelado, o serviço dessas populações pode estar em risco! Eu não consigo perceber como é que um partido com tanta gente a pensar neste assunto, isto não entra pelos olhos dentro! É claro, Sr. deputado! E, portanto, os senhores estão numa lógica em que o que interessa é exclusivamente a empresa e não o serviço que esta presta às populações! E o senhor sabe qual é a nossa posição? Interessa-nos a empresa, mas a empresa interessa-nos para servir os seus acionistas, que são todas as açorianas e os açorianos!

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. vice-presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Só duas questões muito rápidas: uma primeira, no sentido de que nós não devemos entrar na desvalorização daquilo que temos e daquilo que é o nosso verdadeiro património.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, quando se repete sistematicamente que o Grupo SATA está em falência, isso não corresponde à verdade! A SATA Air Açores, repito, a SATA Air Açores, não sei se os senhores repararam, não devem ter tido atenção, fechará este ano com capitais próprios positivos, com o seu ativo maior do que o seu passivo! E por isso mesmo, a SATA Air Açores não está em falência e é um património da Região, onde o seu ativo é maior do que o seu passivo ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Os senhores é que estão a destruir esse património!

O Orador: ... e que deve ser valorizado e não desprestigiado e não desconsiderado e não colocado em valores menores do que aqueles que efetivamente tem!

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: E isso é que é um contributo para valorizar a SATA, é um contributo de quem quer a SATA, de quem dá valor à SATA!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que paga os prejuízos do Grupo SATA?

O Orador: Segundo aspeto essencial: há aqui uma coisa que nós podemos concluir deste debate... Sr. deputado Paulo Estêvão, não sei se reparou que, o ano passado e este ano, o Governo procedeu a dois aumentos do capital social da SATA Air Açores de forma a que a SATA Air Açores...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém acredita nisso!

O Orador: ... seja, neste momento, uma empresa com capitais próprios positivos e feche este ano com capitais próprios positivos, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. vice-presidente, na sua intervenção, não disse uma única palavra sobre a SATA!

O Orador: ... tendo, por essa via, o seu ativo maior do que o seu passivo. Portanto, não é uma empresa em falência técnica, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só é pena que a tenha asfixiado em anos anteriores!

O Orador: ... é uma empresa com capitais próprios positivos!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto essencial: há uma coisa que nós concluimos desse debate, o PSD mudou claramente de opinião. E a mudança de opinião é muito simples e resume-se a uma frase: antes sabia o que é queria, agora não sabe o que é que quer!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Tem agora a palavra o Sr. deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente do Governo, Srs. membros do Governo:

Relativamente ao que disse o Sr. vice-presidente, temos que corrigir duas coisas: primeiro, as contas que nós temos são as contas de 2017 e são as contas do segundo semestre e, portanto, no final de 2018, logo veremos. Mas, apesar disso, a SATA Air Açores tem créditos a receber da SATA Internacional e, portanto, se a SATA Internacional não tiver capacidade de liquidar, e sabe bem disso, por isso é que, havendo um grupo de empresas, faz sentido...

Deputado Francisco César (PS): É muito perigoso fazer marcha atrás a fundo!

Deputado José San-Bento (PS): Dá cabo da caixa de velocidades!

Presidente: Srs. deputados...

O Orador: Posso continuar? E, portanto, sabe perfeitamente que, havendo a SATA Internacional e havendo a SATA Air Açores, a questão tem que ser vista em termos de grupo porque há relações financeiras entre as duas. E, portanto, a sua exposição é uma boa defesa, mas não pega e afasta-se da realidade!

Mas há uma questão e aqui tem-se falado em mudança de posição, o PSD mudou, mas eu tenho que recordar ao Sr. deputado Francisco César e à bancada socialista o que é que foi a proposta, no Orçamento de 2018, do Governo, artigo 15.º. É que diz o artigo 15.º e sinto-me na obrigação de o ler: “Alienação de participações sociais da Região – Fica o Governo Regional autorizado a alienar as participações sociais que a Região Autónoma dos Açores detém em entidades participadas (...)”. Sem mais qualquer restrição.

Deputado Francisco César (PS): É preciso vir por escrito?

O Orador: Artigo incluído na proposta de orçamento de 2018. Ou seja, se esse artigo fosse aprovado aqui na Assembleia, o Governo podia vender os 51% da EDA, podia vender a SATA Air Açores, a SATA Internacional...

Deputado André Bradford (PS): Mas a gente não quer vender!

O Orador: Mas é o que está aqui! É o que está aqui!

Deputado André Bradford (PS): Sabe o que quer vender e como quer vender!

O Orador: Mudança de posição é isso!

Deputado André Bradford (PS): Não houve mudança de posição nenhuma!

O Orador: Não foi aprovado porque houve intervenção da oposição e houve...
Diga, diga, Sr. deputado André Bradford!

Presidente: Srs. deputados, vamos permitir que o Sr. deputado António Vasco Viveiros faça a sua intervenção!

O Orador: Está aqui, eu acabei de ler! E, portanto, mudança de posição é isso!
E tenho que repetir o que disse o Dr. Luís Maurício, a vossa posição é claramente expressão! O drama aqui é uma empresa que está em falência técnica, é uma empresa que perdeu 200 milhões de euros em 10 anos! São 200 milhões de euros que os açorianos vão ter que pagar de uma maneira ou de outra! Esse é que é o drama! E, portanto, a nossa preocupação é o futuro da SATA, como é a preocupação da maior parte dos açorianos ou de todos, dos trabalhadores! E nós não temos solução à vista!

Deputado André Bradford (PS): A verdade é essa, que os senhores não têm soluções!

O Orador: E proposta que fazemos é uma proposta que abre alternativas, que o Governo é que vai decidir necessariamente!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado Francisco César, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Presidente: Srs. deputados...

O Orador: Sr. deputado António Vasco Viveiros, eu penso que o Sr. deputado ainda não percebeu!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): O Sr. deputado é que ainda não percebeu! Eu percebi perfeitamente!

O Orador: Isto aqui é muito claro! Nós temos uma posição de princípio em relação à empresa aérea dos Açores e em relação à SATA Azores Airlines!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Não pega!

O Orador: Nós achamos que a SATA Air Açores deve ter uma gestão exclusivamente subordinada ao povo açoriano e à coisa pública, ponto.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tudo na mesma!

O Orador: Nós achamos que, em relação à Azores Airlines, essa gestão pode ter influência privada, mas deve estar subordinada ao interesse público.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas porquê?

Deputado André Bradford (PS): O mercado é concorrencial. A operação é completamente diferente!

O Orador: Essa é a nossa posição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em que é que a nossa proposta contradiz o que o senhor diz?

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O senhor anda a brincar aos aviõezinhos? Isto é uma vergonha!

O Orador: O senhor não venha dizer que não é, nem deixou de ser, foi dita por nós, foi dito pelo presidente do Governo diversas vezes, inclusive à vossa bancada!

A pergunta que eu faço aos senhores é: qual é a vossa posição sobre essa matéria?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Leia a proposta! O senhor é jurista, tem obrigação de perceber!

Presidente: Muito obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sr. deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo:

Já todos nós percebemos a posição uns dos outros.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: E a posição do PSD é muito simples: é salvar a empresa!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Porque se nós mantivermos a empresa como está, a empresa vai fechar as portas! E a proposta que aqui fazemos é no sentido de se estudar a sustentabilidade económico-financeira da companhia, que conduza à definição de um limite de participação de privados no capital social da SATA Internacional. Se esse limite for os 49%, aqui estaremos para o viabilizar; se esse limite for 60%, aqui estaremos nós para o viabilizar! Mas digo-lhe uma coisa, Sr. deputado Francisco César: nós temos uma certeza, continuando as coisas como estão, a SATA fecha e não serve, jamais, os interesses dos açorianos fechada!

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Srs. membros do Governo:

Sr. deputado Luís Maurício, vamos ser muito claros mais uma vez: todos os partidos aqui dentro têm uma posição, ou melhor, (eu vou colocar) todos os partidos aqui dentro, inclusive o seu partido, tinham uma posição. Todos! Todos tinham uma posição! Neste momento, todos têm uma posição, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a SATA tem uma posição, são as quotas!

O Orador: ... com exceção do PSD, que, de um momento para o outro, mudou de posição, inclusive permitindo, com esta indefinição, que possa haver mais de 50% do capital a privados. Porquê essa mudança de opinião? Porque é que o PSD é o único que passou a não ter opinião? É isto que os açorianos se interrogam e é isto que este Parlamento também!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu vou intervir por uma última vez, Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, porque já explicitiei de forma clara a posição do PSD.

E em primeiro lugar, devo dizer-lhe, Sr. deputado Francisco César, e permita-me que o diga desta forma sem qualquer tipo de intenção de ser deselegante, que o PSD não aceita insinuações sobre interesses!

Deputado Francisco César (PS): Eu fiz uma pergunta!

O Orador: Os interesses únicos são os interesses dos açorianos! É isso que este partido defende, não são interesses de terceiros!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: E, portanto, clarificada esta, permita-me, insinuação, quero voltar a dizer que a nossa posição mudou porque a SATA mudou!

Deputado André Bradford (PS): Mudou há 15 dias!

O Orador: E a nossa posição relativamente à privatização é de não a poder limitar apenas e só aos 49%, que se pode manter, ou pode alterar-se para um valor de capital privado superior a esses 49%.

Deputado André Bradford (PS): Porquê?

O Orador: O limite de participação de privados no capital social da SATA Internacional, como a nossa proposta aqui diz, será o limite que permita a sustentabilidade económico-financeira da companhia. É com isso que nós estamos preocupados! Se entende que a avaliação da sustentabilidade económico-financeira da companhia é uma mudança, é uma mudança entre aspas, porque, repito, nós entendemos que o principal objetivo da nossa proposta é salvar a companhia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não parece!

O Orador: Se esse estudo de viabilidade económico-financeira determinar que 49% é o limite de participação de capitais privados na companhia, aqui estamos para subscrever; se for superior aos 49%, aqui estamos para subscrever! Principal objetivo: salvar a companhia, os postos de trabalho e os interesses dos açorianos!

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. deputado.

Sr. deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. presidente, Srs. deputados, Sr. presidente e membros do Governo:

O que está a acontecer aqui neste hemiciclo é uma coisa absolutamente incompreensível, até risível, digamos, porque é incrível que o aluno que chumbou, que levou a empresa à falência, agora quer, aqui no meio da sala, dar lições de sapiência! É inacreditável, quer para os que aqui estão, quer para os que assistem! E, portanto, é inaceitável e é algo que é absolutamente ridículo! E, nesse sentido, o que os senhores deviam fazer é assumir as vossas responsabilidades antes de vir para aqui construir e fazer este triste espetáculo que estão a desempenhar! Porque, de facto, as responsabilidades são vossas!! O estado da empresa... os senhores governam a Região Autónoma dos Açores e decidem tudo sobre a SATA há 23 anos! De quem é a responsabilidade? Vossa!!

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria corrigir uma coisa que disse, o outro dia, aqui, em relação a este assunto, ao Sr. deputado Luís Maurício. Disse-lhe que, se fosse ginasta, com o esforço tinha feito de explicação, tinha tido uma lesão grave para o resto da vida. Afinal, corrijo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja lá o que aconteceu ao presidente do Governo em relação aos professores!

O Orador: ... pelo que vi hoje, se fosse ginasta, V. Exa. merecia a medalha de ouro da modalidade, tal é o esforço e a qualidade dos saltos mortais que V. Exa. dá nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depois do que aconteceu com os professores, vem dizer uma coisa dessas!

O Orador: Vamos à cronologia das coisas. Vamos aos factos. O PSD-Açores, liderado pelo Sr. deputado Duarte Freitas, tinha uma posição sobre esta matéria, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mortal deu o Sr. presidente à retaguarda e deixou o Sr. secretário naquele estado!

O Orador: ... muito clara, várias vezes repetida e que tinha linhas vermelhas inultrapassáveis: SATA Air Açores, dos açorianos 100%; SATA Internacional, dos açorianos o poder de decisão, aberta a capitais privados. Isso foi assim também com o PSD da nova liderança! Era assim até há 2 semanas atrás, uma semana e tal atrás! Era assim! Era essa a posição! Houve uma reunião entre o atual presidente do PSD-Açores...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): O que é que isso interessa?

O Orador: ... e o representante dos empresários de São Miguel e na sequência, à saída dessa reunião, o atual presidente do PSD, que tinha mantido como posição do PSD aquela que era a do Sr. deputado Duarte Freitas, admitiu que afinal podia ser a SATA Internacional maioritariamente privada e que afinal já se podia abrir o capital da SATA Air Açores. Esses são os factos. Nós confrontamo-lo aqui com essa mudança de posição. V. Exa., com bastante dificuldade, disse que não se tratava de uma mudança de posição, disse que nem era essa a proposta, nem era essa a posição do PSD e procurou, neste 3 dias, arranjar uma outra posição que seja a posição do PSD. E qual é a posição do

PSD agora? É não ter posição! Ou seja, não interessa qual é o montante de capital que se privatiza! Não interessa quem manda na empresa! Não interessa que a SATA Internacional seja dos açorianos, ou não seja dos açorianos! Não interessa! Interessa é que se venda!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso! O senhor devia ter vergonha!

O Orador: Interessa é que se ceda participação. Interessa é que se ceda capital! Interessa é que o poder de decisão, seja para quem for, não interessa para quem é!

Presidente: Srs. deputados...

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

O Orador: E, portanto, Sr. deputado...

Presidente: Sras. e Srs. deputados...

O Orador: Sr. deputado Luís Maurício, isto não é uma insinuação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso! O senhor devia ter vergonha! O senhor não é sério! O senhor devia ter vergonha dessa atitude!

Deputado José Ávila (PS): O senhor é o único sério!

Presidente: Srs. deputados...

O Orador: Isto são os factos do processo a que se chegou! São os factos da história da posição do PSD até agora! Não há aqui um pingão de insinuação! Há é uma enorme indefinição da parte do PSD!

Muito obrigado!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Eu devo-vos confessar que nunca pensei dizer, neste assunto, aquilo que vou dizer e dizê-lo tão rapidamente: volta, Sr. deputado Duarte Freitas, está perdoado!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. deputados, a posição do PSD é muito clara: ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Eu bem lhe disse que um dia ele ia ser bom!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Porque é que o incomoda tanto?

O Orador: ... está decidido a não decidir, está resolvido a ser irresoluto, está firme na sua indecisão!

Sr. deputado Luís Maurício, eu gostava que o senhor fizesse um exercício de consciência e pensasse no seguinte: se o Governo Regional, neste processo, tivesse reunido com o presidente da Câmara do Comércio de Ponta Delgada ou com um empresário privado. E à saída tivesse dito assim: há uma proposta de venda de 51% da Azores Airlines e de 49% da SATA Air Açores. O que os senhores não diriam?

Deputado André Bradford (*PS*): Claro!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor já propôs 100%! Sem limite!

O Orador: E, portanto, não é insinuação nenhuma! Mas factos são factos! À entrada para um reunião, o PSD tinha uma posição de não vender a SATA Air Açores e de vender 49% da Azores Airlines; ...

Deputado António Almeida (PSD): Está aberto a ouvir as propostas todas!

O Orador: ... à saída dessa reunião, o PSD acha que se deve vender 49% da SATA Air Açores...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e os açorianos deixarem de ter a maioria na Azores Airlines! Tão simples quanto isso!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Deputada Sabrina Furtado (PSD): (Aparte inaudível)

O Orador: A Sra. deputada quer-me dizer alguma coisa?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Já disse!

O Orador: Não, não disse! Levante-se e fale! A Casa em que estamos é exatamente para isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os apartes são regimentais! O senhor é experiente em apartes!

Presidente: Sras. e Srs. deputados...

O Orador: Sr. deputado Luís Maurício, houve uma coisa que mudou! E houve uma coisa que mudou na SATA e já aqui foi dito pelo Sr. vice-presidente do Governo: a SATA Air Açores tem capitais próprios positivos! E será que é por causa disso que os senhores querem vender a SATA Air Açores?!

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. presidente.

Sr. deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo:

Ó Sr. presidente, eu lamento dizer-lhe isso: acabou de falar agora o principal responsável pela destruição da SATA! É o senhor!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Faço-lhe um apelo: ponha a mão na consciência, Sr. presidente!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é sério!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é não ter argumentos, Sr. deputado!

O Orador: Em 10 anos, a SATA perdeu 200 milhões de euros! A SATA, o ano passado, teve 41 milhões de euros de prejuízo! Este ano, vai ultrapassá-los! E o senhor quer manter tudo como está?!

Deputado André Bradford (PS): Não, não!

O Orador: É que para manter tudo como está, a SATA fecha a porta e jamais servirá os açorianos!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Quero-lhe dizer, Sr. presidente: uma mentira repetida muitas vezes, torna-se verdade, Sr. presidente!

Deputado João Vasco Costa (PS): Os senhores são hábeis nisso!

O Orador: E, portanto, não tente usurpar aquilo que foi dito à saída da reunião com a Câmara do Comércio de Ponta Delgada por parte do líder do meu partido. Ele disse que a resposta era positiva, que merecia ser analisada, mas

que estava aberto a outras soluções. E, portanto, Sr. presidente, o que aqui está é esta proposta. É de, mediante a realização de um estudo de sustentabilidade económico-financeiro da companhia, se decidir que limite de participação de privados no capital social da SATA Internacional permita a sustentabilidade da companhia.

Deputado Manuel Pereira (PS): E amanhã como é que vai ser?

O Orador: Sr. presidente, é isto que aqui está. V. Exa. não concorda, está no seu direito. O PS não concorda, está no seu direito. Vote contra! Mas a posição do PSD e a proposta que aqui está é esta. Não diga, Sr. deputado Francisco César, que o PSD não tem posição!

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Sr. presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

O único partido que aqui dentro não tem posição é o PSD!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que estamos a discutir!

O Orador: O único! O único! E o único partido que aqui quer manter tudo como está é o PSD, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): De quem será a responsabilidade?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque será que estamos a discutir?

O Orador: ... que não sabendo o que quer fazer, diz: faça-se um estudo.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. presidente.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Sras. e Srs. deputados, terminado que está este debate, vamos continuar as votações.

Sr. deputado João Paulo Corvelo, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. presidente, Srs. deputados, Sr. presidente do Governo, Srs. membros do Governo:

Para informar que o PCP retirou a sua proposta nesta matéria.

Presidente: Obrigada pela informação, Sr. deputado.

Sendo assim, vamos desconsiderar a proposta do PCP a este artigo 16.º, que era uma proposta de eliminação e vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Proposta do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então agora colocar à votação a proposta de alteração a este mesmo artigo, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; e 19 a favor do PSD.

Presidente: Sr. deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação ou intervenção?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim senhora. Para interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. presidente, para solicitar que seja separado o n.º 2, que seja votado em separado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Vamos então votar agora o artigo 16.º da proposta. Vou colocar à votação o n.º 1 e o n.º 3 deste artigo.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o n.º 2 do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 do artigo 16.º foi aprovado com 28 votos a favor do Partido Socialista; 4 votos contra do CDS, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, artigo 16.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam...

Do Bloco de Esquerda. Obrigada pela correção.

Está à votação o artigo 16.º-A, do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 17.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso votar conjuntamente os artigos 18.º, 19.º e 20.º. Não. Nenhum sequer, assim...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 19.º e 20.º, sim.

Presidente: 19.º e 20.º. Posso colocar à votação o 19.º e o 20.º? 19.º e 20.º, ok.

Então está à votação o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; 4 votos contra do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 19.º e o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 20.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 votos a favor do PSD, 4 do CDS, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PPM, ao artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE; 1 voto a favor do PCP, 1 do PPM; e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

É o 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE; 1 voto contra do PPM; 19 abstenções do PSD e 1 do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. secretária.

Pergunto à Câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 22.º e 23.º. Não. Então está à votação o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 23.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD; 4 votos a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 23.º-B.

Sr. deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sr. presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Rapidamente, para explicar o que pretendemos com esta proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional que se refere ao empréstimo de manuais escolares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É do CDS!

O Orador: O que nós propomos e também depois aproveito para justificar como nós votaremos uma proposta de alteração do PCP que também tem a ver com esta matéria, que pediremos para votar separadamente, mas aquilo que nós propomos é que, basicamente, em primeiro lugar, que os livros escolares sujeitos a empréstimo até ao 4.º ano de escolaridade não tenham de ser devolvidos, uma vez que estamos a falar de crianças pequenas e que, obviamente, os métodos de ensino e a forma como os próprios alunos com essas idades trabalham, aprendem e manipulam os manuais levam a um maior desgaste e aí propomos que eles não tenham que ser devolvidos.

Para além disso, propomos que seja eliminada a caução que é paga, que é deixada pelos pais aquando da entrega dos livros, porque já existe uma penalização para quem não devolva os livros ou não os utilize corretamente, que é não poderem utilizar durante 2 anos, que é o que está na atual legislação. E propomos que essa penalização, que julgamos que 1 ano será mais do que suficiente, daí também decidirmos reduzir o período de penalização pela não devolução dos manuais escolares.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Tem agora a palavra, o Sr. deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. presidente, muito rapidamente, para lembrar à Câmara e ao Sr. deputado do Bloco de Esquerda que esta foi mais uma proposta do CDS, nesta Casa, inovadora e também original. E, portanto, o

Sr. deputado tem dificuldade em pronunciar C, D, S. Mas não custa muito. É só... pronto.

E também, já agora, dizer que o SOREFIL, de ajuda às filarmónicas, que o Sr. deputado também propõe uma alteração, também é do C, D, S!

Muito obrigado.

Talvez da próxima já diga melhor.

Presidente: Muito obrigada, Sr. deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós não temos nada contra a que melhorem as nossas propostas, desde que digam que ela é nossa!

Presidente: As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 do PCP; 4 votos a favor do CDS, 2 do BE, 1 do PPM; e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 23.º-C.

Sr. deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Bem, trata-se, nada mais, nada menos, do que reforçar aquele que foi um compromisso desta Casa, há coisa de 2 meses, expressa através de uma resolução. E aqui eu não vou entrar na autoria, porque é da autoria de todos desta Casa e, portanto, não quero aqui sobrepor ninguém a alguém. Portanto, e para concretizar a resolução em causa, e passo a lembrar, é uma resolução que

tinha como principal objetivo evitar mais despejos no Bairro de Santa Rita. Para cumprir esse desiderato é necessário o envolvimento do Governo Regional. E isso foi algo que ficou, pelo menos, expresso, não só durante o debate nesta Casa ocorrido há 2 meses, como também através de declarações públicas do presidente da autarquia da Praia da Vitória. E, mais uma vez, aqui o interesse máximo é aquele que salvguarde a casa a estes moradores e não tanto entrar na trica política barata, porque para isso nós não damos para esse campeonato.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso votar conjuntamente os artigos 24.º, 25.º e 26.º. Não havendo oposição... 24.º e 25.º. Então está à votação os artigos 24.º e 25.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 26.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 do CDS-PP; 19 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso fazer a votação conjunta dos artigos 27.º, 28.º e 29.º. 27.º e 28.º? Estão então à votação os artigos 27.º e 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 29.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PCP; 19 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 29.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 29.º-B.

Tem a palavra o Sr. deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Bem, a nossa proposta não é mais do que dar cumprimento àquilo que já está previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 16/2008/A. E, aliás, pelo menos no caso do Hospital do Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, a infraestrutura, como é óbvio, já lá está, o equipamento necessário também julgo que já lá está instalado, portanto, falta, no caso do Hospital de Angra, somente as equipas hospitalares para lá trabalharem. Mas para ser mais preciso acerca daquilo que pretendemos, pretendemos equipas hospitalares, não só no Hospital de Angra, mas também no Hospital da Horta e mais precisamente equipas hospitalares de suporte em cuidados paliativos. Para que fique mais claro. É claro que eu posso agora também fazer de conta que sou um deputado do Partido Socialista, porque sei muito bem qual será a orientação de voto porque já foi expressa durante a discussão do Plano e, portanto, dizer que não faz sentido, porque a equipa de altas já existe e, portanto, já está feito. E a outra equipa, decerto, durante o próximo ano ou durante os próximos anos passará a existir e por isso não fará sentido. E, se calhar, vão-me surpreender. Será? Vamos lá ver.

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Vamos lá ver se será ou não surpreendido. Pergunto se há mais alguma inscrição. Julgo não haver. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Afinal foi surpreendido!

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 2 do BE; 19 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 30.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 do BE; 19 votos contra do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso votar em conjunto os artigos 31.º e 32.º. Não havendo oposição, estão os dois artigos à votação. 31.º e 32.º. Não? Separado. Então está à votação o artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos agora a duas propostas de aditamento. A primeira é do PCP porque entrou primeiro. Artigo 32.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 19 abstenções do PSD e 4 do CDS-PP.

Presidente: Passamos então agora à proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 32.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; 19 abstenções do PSD e 4 do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 33.º. Concretamente é uma proposta de eliminação do artigo.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE; 1 voto a favor do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, a este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 33.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD.

Sr. deputado António Lima, para repetir a votação do ponto anterior? A anterior, não é? Vamos então repetir a votação do artigo 33.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 1 voto contra do PCP; 2 abstenções do BE e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então votar a proposta de aditamento apresentada pelo PSD.

Sr. deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Srs. membros do Governo:

A proposta que apresentamos é uma insistência e refere-se à reposição do diferencial fiscal, de forma a que, relativamente ao IVA, constitua uma redução de 1% em termos da taxa, de 18 para 17, da taxa geral; e do IRC, a reposição de

20 para 25. E relativamente a esta proposta, sendo faseada, permite, na parte que reporta a 2019, acomodar no presente Orçamento. E recorro, para justificar essa proposta, àquilo que defendeu o Sr. presidente do Governo e o Sr. vice-presidente e rapidamente digo ou repito as afirmações, em novembro de 2013, quando essa reposição foi retirada para 20%. Disse o Sr. presidente do Governo, em 2013: “Na verdade, consideramos que, particularmente no caso do aumento do imposto sobre o consumo, IVA, isso irá implicar um acréscimo dos custos de aquisição dos bens e serviços na Região e, assim, penalizar o consumo e reduzir por essa via a atividade económica. Dito de outra forma, esta medida terá impactos na redução do rendimento disponível das famílias, na retração da procura interna e na diminuição da rentabilidade das empresas. Como temos sempre dito, é na reativação do poder de compra das famílias açorianas que reside uma parte essencial para a reanimação das empresas açorianas e para a recuperação da economia.” Ou ainda, citando o Sr. vice-presidente, 1 mês depois, em que disse: “Conforme é sabido, o Governo dos Açores sempre se bateu pela manutenção da possibilidade de termos taxas de impostos de IRS, IRC e IVA com um diferencial máximo de menos 30%. Assim não entendeu a maioria PSD/CDS-PP na Assembleia da República, que, pela sua vontade, impôs um aumento dos impostos aos açorianos. É uma luta de que o Governo não desiste, tendo em conta que a decisão final está nas mãos dos deputados da Assembleia da República.” O PSD recuou, mais tarde repôs essa possibilidade – o Governo do PSD com o CDS –, o Governo Regional não a adotou. E o argumento que tem sido utilizado, para nós não tem substância ou pelo menos tem só parcialmente. Por quanto aquilo que foi a reposição, quer do IVA na taxa reduzida e na taxa mínima, teve um impacto pequeno. Aliás, essas duas taxas representam cerca de 20% daquilo que é a cobrança de IVA. E a redução do IRS também não nos convence que tenha tido o impacto suficiente para

repor aquilo que foi retirado em 2014. Daí a nossa insistência a que esta matéria seja novamente analisada na Assembleia.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. deputado. Tem agora a palavra o Sr. deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. presidente, Sras. e Srs. deputados, Srs. membros do Governo:

Só para clarificar, uma vez mais, aquela que é a posição do Partido Socialista. Em 2015, com o CDS, foi feita uma opção: reduzir os impostos sobre o trabalho, reduzir também a taxa reduzida e intermédia do IVA. Foi uma opção clara para beneficiar as famílias, para reduzir os impostos sobre o trabalho. Essa continua a ser a posição do Partido Socialista.

E também nos faz alguma confusão a proposta que é aqui apresentada, uma vez que já foi definido como uma prioridade o combate à desigualdade e o combate também à pobreza. E, portanto, reduzir os impostos sobre o lucro das empresas não nos parece e está provado cientificamente que não é a opção mais correta. Nós continuamos a privilegiar a redução dos impostos sobre o trabalho. Já foi feito em 2018 e continua a ser a nossa prioridade.

Além do mais, a economia açoriana já demonstra claramente sinais de crescimento económico...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode é aumentar mais ainda!

O Orador: ... e isso tem vindo cada vez mais a ser consolidado. E, portanto, a economia regional é competitiva e não faz qualquer sentido a proposta que é aqui apresentada!

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo...

Sr. deputado António Lima, para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. presidente, solicito que o aditamento seja votado artigo a artigo.

Presidente: No caso de o aditamento ser votado...

O Orador: Artigo a artigo.

Presidente: Artigo a artigo. Sim senhor.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Muito bem, está então, dentro do aditamento... Chamo a vossa atenção que este aditamento altera um DLR e, portanto, dentro do DLR altera o artigo 5.º e o artigo 7.º. E, portanto, vou pô-los à votação de forma separada.

Portanto, está à votação o artigo 5.º, que penso que é do DLR 2/99 (aqui está cortado, por isso...). 2/99/A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 2 do BE; 19 votos a favor do PSD, 1 do PCP, 1 do PPM; e 4 abstenções do CDS.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 7.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM; e 4 abstenções do CDS.

Presidente: Entramos agora nas propostas de alteração ao artigo 34.º. A primeira é apresentada pelo PCP e é uma proposta de eliminação.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM; e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PPM; 2 votos a favor do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 do PCP; 19 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 34.º da proposta.

Sr. deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma interpelação, Sra. presidente, para solicitar que seja separado o n.º 1 na votação.

Presidente: Está então à votação o n.º 1 do artigo 34.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 abstenções do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vou colocar então agora à votação os restantes números deste artigo.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 2 do BE, 1 do PCP; 4 abstenções do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM; e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 35.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP, 2 do BE; 1 voto contra do PCP; 19 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 36.º, 37.º, 38.º, e 39.º. 36.º, 37.º e 38.º? Muito bem. Está à votação.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então à votação o artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar agora a proposta de aditamento, apresentada pelo PPM, artigo 39.º-A.

Pede a palavra para uma interpelação, Sr. deputado?

Para uma interpelação tem a palavra, Sr. deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. presidente, Srs. deputados, Srs. membros do Governo:

Eu informo esta Câmara que retirei a proposta... o aditamento, tendo em conta que o presidente do Governo Regional anunciou, ontem, que pretende negociar com os sindicatos e com os Srs. professores e com o setor a forma como se irá processar a recuperação do tempo de serviço. E, portanto, como eu disse na minha intervenção inicial sobre esta matéria, não pretendo sobrepor-me a ninguém, nem pretendo dar um cunho partidário a esta matéria. Portanto, respeito o processo negocial que agora se vai iniciar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é falar! É assim mesmo!

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Está retirada a proposta, por isso vamos passar às propostas de alteração ao artigo 40.º. A primeira é do PCP.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração, fica assim prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, porque era para o mesmo artigo, sobre a mesma matéria.

Vamos então votar o artigo 40.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, artigo 40.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD; 4 votos a favor do CDS, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar...

Sr. deputado João Paulo Corvelo, para uma interpelação à Mesa? Agora ia colocar à votação o 40.º-A, do Bloco de Esquerda. O seu já foi votado.

Sr. deputado Alonso Miguel, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. presidente, era para pedir a repetição da votação do artigo 40.º, por favor.

Presidente: O 40.º...

O Orador: Da proposta.

Presidente: Com a proposta que alteramos do PCP. É porque nós agora já estávamos a votar o 40.º-A, o aditamento.

O Orador: Está bem. Está bem.

Presidente: Mas eu posso repetir.

O Orador: Não, não, retiro.

Presidente: E o aditamento, não também?

O Orador: Não, não.

Presidente: Então vamos votar o aditamento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, artigo 40.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 do PCP; 19 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE e 1 do PPM.

Presidente: Relativamente aos aditamentos que tínhamos, artigo 40.º-B, o do Bloco de Esquerda foi retirado, já foi anunciado pelo proponente. Por isso, coloco à votação o aditamento, apresentado pelo PCP, artigo 40.º-B.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, artigo 40.º-C.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

É o aditamento, do PCP, 40.º-C.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 40.º-C.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 do CDS-PP; 19 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora então à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, artigo 40.º-D.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP; 2 votos a favor do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Votamos agora a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 40.º-D.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 do CDS-PP; 19 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: A proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 40.º-E está prejudicada, porque, entretanto, aprovamos a do PCP que era sobre a mesma matéria.

E coloco à Câmara a possibilidade de votarmos em conjunto os artigos 41.º, 42.º, 43.º, e 44.º. 41.º e 43.º juntos? Ah, do 41.º ao 43.º.

Está à votação então estes três artigos.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 44.º.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos entrar agora nas propostas de alteração apresentadas ao artigo 45.º. A primeira é do PCP.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 votos a favor do PSD, 4 do CDS-PP; 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Todas as restantes propostas de alteração a este artigo ficam prejudicadas porque eram de igual teor. Por isso, vou passar a votar agora o artigo 45.º da proposta.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, artigo 45.º-A.

As Sras. e os Srs. deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 18 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos às 10 para a 19h.

Sr. deputado António Lima, pediu 15 minutos, foi? Então é de 15 minutos. Regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 18 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que retomem os vossos lugares para continuarmos as votações.

Eram 18 horas e 43 minutos.

Vamos então votar a proposta de aditamento, artigo 45.º-A apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 45.º-B.

45.º-B, proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 45.º-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, ...

Peço Desculpa. Vou repetir.

A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Ficam prejudicadas as duas propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pelo PPM sobre esta mesma matéria.

Por isso, coloco agora à votação o artigo 46.º da proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação, Sra. Presidente, para solicitar que sejam votados em separado o n.º 1 e o n.º 2 podem ser em conjunto e o 3 e 4 também em conjunto, artigo 46.º da proposta.

Presidente: Vamos então à votação do n.º 1 e n.º 2 ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Peço desculpa, Sra. Presidente.

Presidente: À vontade, Sr. Deputado.

O Orador: N.º 1, n.º 2 e n.º 3 com a alteração juntos e o n.º 4 em separado.

Presidente: Está então à votação do artigo 46.º o seu n.º 1, 2 e 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: E agora o n.º 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Pedia que se repetisse a votação do n.º 3.

Presidente: Por uma questão técnica de votação vamos ter que então votar o n.º 1 e o n.º 2 e depois, sim, o n.º 3.

Está à votação o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 46.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o n.º 3 do artigo 46.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Está à votação o n.º 3 do artigo 46.º. Sim, com a alteração que foi aprovada com a proposta do CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: E por fim o n.º 4 do artigo 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, artigo 46.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 47.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 48.º.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda retira esta proposta de alteração ao artigo 48.º.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não a vamos considerar então, por isso passo à proposta de alteração apresentada pelo PPM a este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 48.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PCP, artigo 48.º-A.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): É para solicitar, Sra. Presidente, que seja votado número a número esta proposta.

Presidente: É preferível número a número.

Este aditamento tem três números. Vamos colocar à votação o seu n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está então agora à votação o n.º 2.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, no sentido de pedir a repetição da votação anterior.

Presidente: Vamos então repetir a votação do n.º 1 do artigo 48.º-A, aditamento apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP ...

Peço desculpa. Vou repetir.

Foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o n.º 2 deste artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: E por fim o n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 49.º da proposta.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voltando ainda ao artigo anterior, bem sei que já está votado, mas queria apenas dizer que o n.º 1 (o n.º 2 é uma consequência) já existe no atual decreto legislativo regional, é uma proposta que não aquece, nem arrefece. É um inconseguimento. Julgo que não valeria a pena acrescentar esse dado, porque isto já está no atual decreto legislativo regional.

Deputado André Bradford (PS): E vai continuar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Alerto apenas de que as intervenções ao abrigo dos números devem ser feitas antes e não depois.

Vamos então votar o artigo 49.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Artigo 49.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda do aditamento de um artigo 49.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, artigo 49.º-A.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dar nota de que nesta matéria o Partido Socialista já tem vindo a fazer um trabalho assinalável e eu lembro apenas a formação aos cuidadores informais, o descanso do cuidador, a elaboração em curso do Estatuto do Cuidador Informal, a criação do gabinete de apoio ao cuidador.

No entanto, não só não nos opomos de todo a que tal fique plasmado em sede de orçamento, como, sendo esta uma área da maior relevância, achamos que todos os contributos são bem-vindos para melhorarmos sempre a nossa atuação nesta matéria.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto é com grande satisfação que reconheço da parte do Partido Socialista as suas palavras, porque de facto esta é também uma preocupação desta bancada e esperamos que se consiga contrariar aquilo que tem vindo a ser na República que infelizmente apesar das propostas dos vários partidos ainda não se conseguiu implementar até porque nós aqui na Região não temos dados, não temos números, que nós, pelo menos, consigamos auferir o número de cuidadores informais que existem.

De facto, o trabalho que estes cuidadores fazem é de todo relevante, atendendo ao índice de envelhecimento desta Região e há necessidade, são precisos estes cuidadores. Infelizmente o seu trabalho não é contabilizado. Portanto, da nossa parte é também com reconhecimento que vemos esta aprovação por parte da maioria socialista.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 50.º, 51.º e 52.º.

Todos separados?

Então vamos votar o 50.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 51.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

É o 52.º da proposta. Quer que repita.

Artigo a artigo?

Então agradeço que se sentem.

Vamos lá ver. Este artigo 52.º propõe alterar o Decreto Legislativo Regional 7/2010/A, nomeadamente em três artigos: o 8.º, o 13.º e o 37.º. Certo?

Vamos votar artigo a artigo.

Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos agora o artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: E por fim o artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos agora a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 52.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O PSD apresenta esta proposta de aditamento porque quer acabar com a austeridade que o Governo impõe aos açorianos nos preços da gasolina e do gasóleo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional não cumpre com a sua própria resolução que obriga a que os preços dos combustíveis nos Açores sejam inferiores em pelo menos 10% em relação ao continente.

Deputado André Bradford (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Também aqui temos uma proposta a favor dos açorianos. Esta proposta do PSD garante que os açorianos passarão a pagar menos 14 cêntimos na gasolina e menos 9 cêntimos no gasóleo.

O PSD fez a sua parte. Está agora nas mãos do Partido Socialista escolher: ou vota a favor da proposta do PSD e os açorianos terão a gasolina e gasóleo mais baratos, ou o Governo continua a lucrar ilegalmente com os combustíveis demasiado caros.

O Partido Socialista que há 10 anos se gabava nesta Casa pelo facto dos Açores terem os combustíveis mais baratos da Europa, é o mesmo Partido Socialista que hoje impõe aos açorianos uma austeridade encapotada em cada litro de gasolina ou de gasóleo.

O Governo e o Partido Socialista já não enganam ninguém nesta matéria.

Deputado José San-Bento (PS): Mas por que é que o senhor diz isso com esse veneno todo?

O Orador: Mesmo que pela calada da noite baixem o preço da gasolina em dois cêntimos, como aconteceu hoje, ainda continuam em dívida com os açorianos. Falta baixar 14 cêntimos!

Parem de ir ao bolso dos açorianos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

Sr. Deputado, o que o Partido Socialista garante aqui, o Governo também tem vindo a dizer, é que os combustíveis nos Açores são mais baratos do que no continente e isso é dito e reafirmado as vezes que forem necessárias.

Deputado André Bradford (PS): Porque é verdade!

O Orador: Segunda questão: como é que o senhor pode vir aqui dizer que a vossa proposta, que não corresponde àquilo que foi dito pelo Deputado Luís Maurício ontem, vem garantir a redução do combustível em 15 cêntimos quando compara um preço máximo que é fixado na Região, preço máximo, com preços mínimos e preços médios no continente?

Como é que é possível garantir aquilo que diz?

Se calhar é altura de parar com a demagogia, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): 14 cêntimos, Sr. Deputado!

O Orador: Isso os açorianos não precisam. Demagogia fácil.

Depois há outra questão que é importante realçar.

O PSD tem vindo sistematicamente a comparar o que não é comparável. Primeiro, compara com preços mínimos no continente e compara com tipos e com áreas que não são comparáveis, atividades comerciais que não existem na Região Autónoma dos Açores e, portanto, grandes superfícies comerciais.

Só por aí se demonstra que aquilo que os senhores propõem não corresponde à verdade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso, o que vem aqui na vossa proposta é que fica o Governo autorizado a fixar os preços médios quinzenais, mas a alteração do fuel nos mercados é feita mensalmente, não é quinzenalmente, Sr. Deputado.

Portanto, afinal quem é que fala a verdade aos açorianos?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

Eu repito, porque parece que o Sr. Deputado Carlos Silva e a maioria do Partido Socialista não percebem aquilo que todos os açorianos sabem:...

Deputado José Ávila (PS): Só o senhor é que sabe!

O Orador: ... é que o Governo do Partido Socialista comprometeu-se e aprovou uma resolução em que os preços dos combustíveis, da gasolina e do

gasóleo, tinham que ser mais baratos 10% nos Açores e de facto não são em relação ao continente. Não são 10% mais baratos.

Esta proposta que o PSD apresenta garante que isso seja aplicado ...

Deputado André Bradford (PS): Não garante nada!

O Orador: ... e hoje os senhores estão a levar mais 14 cêntimos em cada litro de gasolina do que aquilo que se comprometeram com os açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Com isso é que é preciso acabar. É preciso acabar com essa austeridade encapotada que vai ao bolso dos açorianos e que o faz de uma forma até escandalosa, porque toda a gente consegue clicar na internet e ver a comparação entre os preços de combustíveis que se pagam no continente e que se pagam nos Açores relativamente à gasolina e ao gasóleo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Informo que o PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

Sr. Deputado, vou repetir: o PS/Açores e o Governo garantem que os combustíveis nos Açores são mais baratos do que no continente.

Digo e repito as vezes que forem necessárias.

O que o Sr. Deputado propõe é por exemplo que os preços que sejam praticados nos Açores sejam comparáveis com o Intermarché, com o Jumbo, com o Leclerc, com o PRIO.

Isso demonstra bem a validade da vossa proposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 53.º da proposta.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era apenas para interpelar a Mesa no sentido de, se não estou em erro ou se não estamos em erro relativamente a este artigo 53.º, as alterações legislativas ao Decreto Legislativo Regional 12/2005/A, de 16 de junho, foram já penso que três e só são referidas duas. Penso que está aqui em falta referir o Decreto Legislativo Regional 13/2013/A, de 30 de agosto, pelo que por uma questão eventualmente de correção em termos do artigo que seja aprovado que deve ser depois retificado isso em sede de redação final.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Ficará então para que em sede de redação final seja considerada esta indicação do anterior diploma que regulava esta matéria.

Vamos então colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 54.º.

Para repetir a votação do 53.º, certo?

Então votar novamente o artigo 53.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 54.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação, como dizia eu, a proposta de aditamento apresentada pelo PSD ao artigo 54.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD para um artigo 54.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 55.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS, artigo 55.º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta pretende corrigir uma injustiça e colocar em situação de igualdade, em igualdade de circunstância, todas as empresas marítimo turísticas dos Açores ao permitir que nas ilhas onde não existe um sistema de abastecimento de gasóleo rodoviário elas possam utilizar o combustível marcado e colorido e, portanto, isto evitará, por exemplo, que as marítimo turísticas da ilha do Pico tenham que se deslocar à ilha do Faial cada vez que quiserem abastecer as suas embarcações e, portanto, por esta via eliminar este custo extra.

Portanto, é uma medida de justiça e sobretudo é uma medida do CDS para o desenvolvimento do turismo dos Açores num setor em franco desenvolvimento e que pode dar contributos muito interessantes à nossa economia regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que as atividades turísticas ligadas à indústria náutica, ou aliás, às atividades náuticas têm vindo a crescer em todas as ilhas devido à sua procura elevada, é importante chegarmos a determinados e melhorar aquilo que deve ser melhorado.

Esta proposta vem de facto resolver um problema que já foi detetado em algumas ilhas nos últimos tempos, nomeadamente naquelas ilhas onde não existem postos de combustível em cima dos portos.

Quando assim acontece o PS está aqui para viabilizar as boas propostas e também está aqui para rejeitar as propostas demagógicas.

Neste caso, esta é uma boa proposta e vem enriquecer o orçamento, por isso vamos votar favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PPM, artigo 55.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS, artigo 55.º-A.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O Partido Socialista apresenta esta proposta como um contributo para aquilo que nós entendemos ser importante e que já é consagrado no Estatuto do Aluno e que é consagrado para todas as nossas crianças e jovens que é o direito à educação.

Nós aqui queremos dar mais um, se quisermos, contributo em que garante que os alunos possam ter um reforço de competências que não são adquiridas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é errado!

A Oradora: Todos nós sabemos que as nossas crianças aprendem de forma diferente e também é um segundo contributo que queremos dar naquele que é o reforço ao direito à educação: tentar, de certa forma, mitigar a transição de período para período das dificuldades que muitas vezes são crónicas e que dificultam depois no período seguinte a continuidade dos estudos.

Querendo com isto dizer, e de uma forma muito breve, que é o nosso objetivo de dar este contributo no Estatuto do Aluno e por isso não é despiciente que esteja no artigo de “Direitos”, portanto, é o direito que a criança, jovem, neste caso, aluno tem à educação, o direito a ter lugar de melhorar as suas competências, mitigando as suas dificuldades, superando os seus desafios, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que paga?

A Oradora: ... porque há uma frase, tenho a certeza, que a todos nós nos diz, recordando as intervenções na área da educação: todas as crianças têm o direito a aprender.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não duvido da boa intenção da Sra. Deputada e de quem apresenta aqui esta proposta, da boa intenção do Partido Socialista, mas devo-lhe dizer que discordo em absoluto.

Considero que a Páscoa, o Natal, as diversas interrupções, as crianças devem usufruir dessas interrupções.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O problema, na minha perspetiva, não está em dar-se mais tempo para recuperar os conteúdos. O problema está em aproveitar bem aqueles que existem, porque o problema que existe é que não se consegue resolver atribuindo mais 14 horas, ou mais 20 horas, ou mais 4 ou 5 dias.

É aproveitando bem os apoios que estão a ser concedidos nas escolas atualmente.

Portanto, como bem sabe, o problema está na qualidade desses apoios que estão neste momento a ser disponibilizados.

Penso que é martirizar as crianças, martirizar as crianças nas férias de Natal e na Páscoa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A criança tem direito às férias!

O Orador: ... porque eu tenho a certeza que vão existir conselhos de turma que vão considerar: “Sim, sim, mais 2 ou 3 dias, ou 4 dias de aulas durante as férias do Natal, durante as férias da Páscoa.”

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Considero que isso é estar torturar estas crianças e é errado. É uma medida errada, é uma medida que rapidamente irá criar uma burocracia em redor desta matéria, irá prejudicar gravemente muitas crianças, porque as crianças e os jovens também precisam (e termino, Sra. Presidente) de conviver, também precisam de brincar e também precisam de ter períodos de interrupção exatamente que servem para isso.

Portanto, eu considero que esta medida, do ponto de vista educativo, reconhecendo que existe da parte de V. Exa com certeza boa intenção, será contraproducente e irá prejudicar os nossos alunos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários:

De uma forma muito breve.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, associe-me totalmente àquilo que diz, ou seja, o direito ao livre espaço de brincadeira, ao livre momento fora da escola.

Não é isso que está em causa e possivelmente não teve oportunidade de ver a nossa proposta com a atenção que eu penso que merece.

O que nós falamos, Sras. e Srs. Deputados, é de um momento que é definido pelo professor que atribui o nível negativo, de um momento que pode ser de duas horas, três horas, quatro horas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se fechassem as cantinas nas férias eu dava “dentadas” nos professores!

A Oradora: Sr. Deputado, não são durante as férias, é durante a interrupção letiva que ocorre, como o Sr. Deputado sabe, no período antes do Natal e que ocorre antes da Páscoa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nas férias, Sra. Deputada!

A Oradora: O que é grave, Sr. Deputado, e com certeza concordará comigo como professor que é, é nós termos, não obstante dos excelentes instrumentos que nós temos nas nossas escolas de apoio, muitas vezes crianças que passam de período para período com dificuldades crónicas que não conseguem recuperar o que lhes traz desvantagem e nós temos que encontrar instrumentos.

Terminando dizendo o seguinte: Sr. Deputado, isto não é uma obrigação, isto é um direito de quem quer. É um direito! Por essa razão é que nós fizemos questão de inscrever no capítulo dos “Direitos”. É um direito da criança, é um direito do encarregado de educação em querer melhorar as competências do seu filho.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem direito às férias do Natal!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS, artigo 55.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar a proposta apresentada pelo PS também para um aditamento, artigo 55.º-B.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

Eu quero saudar o Partido Socialista por esta proposta.

Consideramos que com esta proposta o Partido Socialista quer contribuir para finalmente no âmbito dos transportes coletivos terrestres possamos entrar no século XXI, mas ficamos de certa forma surpreendidos e agora vem a acidez.

Nós vamos, claro, votar favoravelmente esta proposta, mas estranhamos que o Governo na sua proposta de orçamento e que já foi votada favoravelmente, pelo menos esse artigo já foi votado favoravelmente, tenha permanecido no século XX e passo a explicar.

Quando foi votado favoravelmente nesta Casa ainda há pouco que os autocarros para o transporte de crianças poderem ser licenciados com 20 anos, ou seja, autocarros de 20 anos passariam a ser licenciados em vez de ... Aquilo que estava em vigor até agora que era no máximo autocarros com idade até aos 18 anos, ou seja, parece que por um lado incentivamos a manutenção de autocarros velhos e por outro lado incentivamos a aquisição de autocarros elétricos e modernos.

Decidam-se de uma vez por todas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, obrigado pelo elogio à proposta do Partido Socialista.

Entendemos de facto que é uma boa proposta, por isso é que a fizemos, mas uma coisa não tem nada a ver com aquilo que disse.

Não se consegue mudar tudo de uma vez. Isso é uma verdade inegável.

Portanto, o que esta proposta tem como objetivo é exatamente incentivar à aquisição e à renovação de frotas que são mais poluentes por outras que são mais amigas do ambiente, com menos emissões e assim contribuir para o

desenvolvimento sustentável dos Açores, para o combate à redução das emissões e às alterações climáticas. É tão só.

Isso é um contributo que a nosso ver é importante e é um sinal do inconformismo também do Partido Socialista nesta matéria.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento apresentada pelo CDS, artigo 55.º-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS, artigo 55.º-C.

Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A proposta do Partido Socialista visa exatamente valorizar e incentivar as boas práticas laborais através da criação de um certificado que visa valorizar, como aqui já foi referido, aquelas que são as empresas que paguem bons salários, remunerações justas e dignas aos seus trabalhadores, que atribuam benefícios sociais como creches e outros benefícios do género, que paguem salários acima da média do setor, que tenham um quadro de pessoal composto por 75% de

trabalhadores com contratos sem termo e também que integrem nos seus quadros pessoas com algum tipo de incapacidade ou deficiência.

Portanto, esta é uma proposta que visa incentivar estas práticas e demonstra bem a importância que o Partido Socialista dá ou atribui à valorização do trabalho e às empresas que exatamente valorizem os seus trabalhadores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Partido Socialista demonstra claramente a visão que esta bancada e o Partido Socialista têm relativamente ao que entendem ser o combate à precariedade.

Por um lado, é o Governo Regional que paga aos patrões para contratarem sem termo, que é sua obrigação quando se tratam de necessidades permanentes; por outro, com esta medida, quer dar uma medalha a quem não faz mais do que a sua obrigação.

Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, se não têm ideias para combater a precariedade têm as propostas do Bloco que podiam muito bem ter aprovado.

Mas o mais triste desta proposta é que provavelmente o Governo Regional não cumpria as condições para receber esse prémio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de aditamento apresentada pelo CDS, artigo 55.º-D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento também apresentada pelo CDS, artigo 55.º-E.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passo agora a votar o artigo 56.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 57.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 57.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A proposta de alteração apresentada pelo PSD aos mapas que compõem o anexo a este orçamento ficam prejudicadas, uma vez que as propostas de alteração que davam origem a estas alterações foram chumbadas e algumas prejudicadas.

Vamos fazer agora a votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019 foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou favoravelmente o orçamento da Região Autónoma dos Açores e votou porque foram aprovadas propostas que vieram enriquecer este orçamento e que vieram, com certeza, trazer melhorias à vida de todos os açorianos, mas

sobretudo melhorias à vida daqueles que por vezes mais sofrem que são os doentes.

Eu quero aqui salientar a residência de acolhimento para doentes deslocados em Ponta Delgada, que será o primeiro passo da constituição de uma rede de residências para doentes deslocados na Região Autónoma dos Açores para as ilhas com hospital, doentes que vêm das ilhas sem hospital; queria também salientar o alargamento do COMPAMID; o reforço do complemento ao doente oncológico e o reforço de apoio aos alunos com necessidades especiais.

Lembro ainda que neste orçamento se encontra o orçamento participativo que dá aos açorianos a possibilidade de escolherem projetos para a sua terra e para a sua ilha.

Isto na solidariedade social.

Na saúde, o CDS não desiste e insiste, mas insiste com propostas concretas e bem fundamentadas. Temos um reforço do CIRURGE, o reforço do Vale Saúde e também queremos melhores cuidados de saúde, médicos mais bem preparados e por isso propusemos a formação em emergência médica dos médicos das ilhas sem hospital.

Na educação e na cultura, um prémio de mérito para aqueles alunos que consigam chegar e entram no ensino superior. Isto é de uma justiça, fazer justiça ao esforço, àquele aluno que se esforçou para fazer o liceu e para entrar no ensino superior para se qualificar e melhor qualificar a sociedade açoriana.

O reforço ao apoio ao pagamento de propinas para os alunos mais necessitados; a melhoria das condições dos estágios pedagógicos e também o reforço da tripolaridade da Universidade dos Açores.

Queria destacar aqui muito importante para a história dos Açores e sobretudo para a história da autonomia: o centro interpretativo da Base das Lajes. Com certeza que quando esse centro for feito verão o quão foi importante a Base das Lajes para a consolidação da democracia e da autonomia em Portugal.

Na economia e no ambiente não desistimos e também propusemos uma proposta que julgo muito interessante que é os novos grupos térmicos da central do Belo Jardim consumirem GNL e por esse motivo haver GNL no porto da Praia da Vitória e também na proteção do nosso património e das nossas belezas naturais propusemos a estabilização da orla costeira da Fajã das Pontas na ilha de São Jorge.

Como vêm, além de outras propostas como o SOREFIL também do CDS, este orçamento tem uma marca CDS e nós quisemos marcar ainda mais este orçamento com a marca CDS e o Governo soube responder, o Partido Socialista neste caso, às nossas propostas e com satisfação vimos que foram aprovadas, mas quem vai ficar satisfeito não é o CDS, são os açorianos que estão em casa e que vão beneficiar delas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra as propostas do Plano Anual Regional e Orçamento para 2019 por considerar que estas propostas não respondem aos problemas dos açorianos e açorianas.

As medidas de recuperação de rendimentos são insuficientes para uma região onde há crescimento económico, onde as contas públicas são saudáveis, onde a dívida pública e o défice não preocupam.

O Bloco de Esquerda propôs que se fosse muito mais além.

Este é um plano e orçamento que não responde ao enorme flagelo da precariedade, em que as únicas medidas são dar dinheiro aos patrões para contratarem trabalhadores sem termo e ainda lhes dar medalhas no final.

É ainda um plano e orçamento em que se assume e reforça a política de transferência de recursos públicos do setor público para o setor privado em que se enche ainda mais os bolsos aos mais poderosos.

É um plano e orçamento em que se continua a insistir no erro da privatização da Sata e nas concessões dos portos.

Um partido de esquerda. Um partido de esquerda da esquerda que não capitula perante a lógica neoliberal das privatizações e no combate à precariedade nunca poderia votar favoravelmente este orçamento, que abdica de ter o controlo público e democrático dos setores estratégicos e de combater a precariedade.

Estas opções não seriam hoje possíveis no quadro nacional dos acordos à esquerda.

O Bloco de Esquerda não as aceita também nos Açores.

Deputado Paulo Mendes (BE): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Mendes)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou contra este orçamento porque ele não apresenta nenhuma diferença em relação aos anteriores. É mais do mesmo.

Uma coisa é aquilo que vem inscrito nestes documentos, outra coisa são as suas taxas de execução.

No nosso entender este orçamento não responde ao patamar de pobreza de que a Região vive, este orçamento não aposta devidamente na educação, na saúde, na habitação, na formação profissional e na criação de emprego estável e de qualidade.

Este orçamento não responde ao flagelo das toxicodependências.

Este orçamento não responde ao insucesso escolar e à taxa de abandono escolar que é mais do dobro do país.

Este orçamento não responde aos mais de 30% de jovens que continuam à procura de um primeiro emprego.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra, para uma declaração de voto, ao Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de aprovar as propostas de plano e de orçamento para 2019, já não aquelas que o Governo fez chegar a este Parlamento, mas versões melhoradas, mais capazes de responder aos desafios com que a Região se confrontará no próximo ano. São melhores porque mais participadas, porque foram alteradas, porque foram aditadas em resultado do processo de diálogo e de concertação que mantivemos com os partidos da oposição que com responsabilidade e empenho se mostraram disponíveis para colaborar neste nobre esforço de construir uma Região mais capaz e mais justa e como sempre fizemos ao longo destes últimos anos aprovámos inclusivamente propostas de alteração tanto no plano, como no orçamento, de partidos com os quais não foi, não é possível estabelecer qualquer tipo de diálogo político institucional.

Aprovámos aquelas que considerámos serem boas propostas independentemente da sua proveniência. Estamos assim convictos de que teremos prestado um bom serviço a esta Região e à nossa autonomia. Demonstrámos abertura, disponibilidade, uma genuína vontade de reconhecer o mérito não olhando a quem, nem à origem das propostas.

Lamentamos profundamente que alguma oposição, e muito em especial aquele que se diz o principal partido da oposição, tenha não só anunciado que votaria contra os documentos aqui, agora analisados, nove dias antes de os votar, como não tenha aproveitado estes dias de debate para reconsiderar essa sua posição.

Deputado Luís Rendeiro (PS): Isso é uma declaração de voto do PS ou é uma intervenção?!

O Orador: Digo isso porque os documentos são agora outros, são agora melhores, são agora muito abrangentes, mais abrangentes, mas também muito em especial porque este orçamento contém a dotação para resolver em condições mais vantajosas do que propunha o PSD a questão da devolução do tempo de serviço dos professores, ou porque, por outro lado, e por exemplo também, reforça em 12% a remuneração complementar regional, condição também mais vantajosa do que propunha o PSD, já para não falar de garantir também o complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens que com esse orçamento aumenta em 6%.

Deputado António Marinho (PSD): É uma declaração de voto contra o PSD!

O Orador: É pena, mas não é disso que se fará a história deste debate nem o futuro da nossa Região. Graças àqueles outros que se empenharam e que se importaram sempre mais com os Açores e com os açorianos do que com táticas e estratégias político partidárias estamos todos de parabéns.

Os Açores estão de parabéns. É tempo agora de tornar consequente este esforço que fizemos de entendimento em prol dos açorianos, é tempo de refletirmos

esse esforço no dia a dia desta Região, no dia a dia das nossas famílias e no dia a dia das nossas empresas.

Parabéns a este Parlamento.

Parabéns aos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tal e qual como nós dissemos desde o princípio que se começou a discussão do plano e orçamento estávamos inteiramente disponíveis ao diálogo com o Governo e com a bancada que suporta o Governo nesta Assembleia Regional.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Nós achamos que foi um plano e orçamento que deu passos positivos em relação à recuperação de rendimentos das famílias e dos trabalhadores na nossa Região.

É certo que o partido que tem maioria nesta Assembleia Regional e que suporta o Governo votou favoravelmente, mas também é sobejamente conhecido que o aumento da remuneração complementar para 13%, o aumento ao abono de família para 6%, os manuais escolares gratuitos a todos os anos até ao 12.º ano de escolaridade e o combate ao trabalho precário com 200 trabalhadores na saúde e na educação e o combate precário com a entrada nos quadros da administração regional 260 professores, é sem dúvida nenhuma uma marca também do PCP.

O PCP esteve disponível para dialogar com o Governo e com o partido que suporta o Governo e achamos que o nosso voto favorável vai no sentido de dar passos positivos para aumentar o rendimento das famílias e dos trabalhadores açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM tem um objetivo político definido. O objetivo político que tem definido consiste em promover uma alteração política profunda nos Açores.

Nós consideramos que um sistema democrático só funciona, um sistema político só funciona se existir alternância no poder.

Quando são sempre os mesmos que governam ao longo de décadas algo está mal no sistema político.

É provavelmente aquilo que o Partido Socialista defendeu entre 1976 e 1996, quando um outro partido, o PSD, ganhava sempre as eleições, porque dominava a administração pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai era?

O Orador: Agora o que acontece é a mesma coisa, só que agora não é o PSD, são os senhores.

O Partido Socialista ao longo destes 23 anos teve a oportunidade de tornar os Açores uma região mais rica, de tornar os Açores uma das regiões mais ricas de Portugal e da Europa.

Eu acho que não é uma utopia.

Eu acredito, mas acredito de forma honesta que os Açores têm todas as condições (todas!) quer pela capacidade do seu povo, quer pelos recursos

naturais que nós temos, tenho a absoluta convicção que podíamos ser uma das regiões mais ricas deste país.

Podíamos ter resultados educativos excelentes. Os nossos alunos têm excelentes resultados, os nossos emigrantes obtêm resultados empresariais brilhantes no Canadá e nos Estados Unidos, são os mesmos que estão também aqui nos Açores.

Porque razão não alcançam esses resultados aqui na Região Autónoma dos Açores?

Estou convencido que não alcançam esses resultados por culpa do sistema político que temos, por culpa das políticas que estão a ser implementadas.

23 anos é muito tempo. 23 permitiria alterar ... permite aplicar políticas de geração, teria permitido alcançar resultados muito, muito positivos em todas as áreas.

Considero também, entrando no segundo ponto desta declaração de voto, que há aqui claramente uma inflexão por parte do Partido Socialista.

O Partido Socialista e o Governo Regional ao longo dos primeiros dois anos desta legislatura não esteve predisposto para o diálogo, não tentou encontrar pontes com outros partidos da oposição.

Porque razão o fez agora?

O ano passado, por exemplo, o Partido Socialista aprovou sozinho o plano e o orçamento. Este ano existiu um grande esforço político por parte do Governo Regional e por parte do Partido Socialista para encontrar mais apoios políticos.

Eu considero que esta é a perspetiva positiva, mas considero que esta perspetiva sendo positiva é uma perspetiva que está prejudicada pelo carácter deste esforço por parte do Partido Socialista.

O Partido Socialista só fez isso, porque se encontra em enormes dificuldades do ponto de vista da opinião pública.

O Partido Socialista só alterou a sua estratégia não por ter a absoluta crença que o sistema político é o sistema político mais eficaz e mais representativo, é o sistema político em que o diálogo e em que a integração de ideias e em que a conjugação de ideias e de esforços funciona, mas estou absolutamente convencido que só fez este esforço de concertação e de diálogo porque se encontra em enormes dificuldades.

Há sondagens que o Partido Socialista tem ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, deve-se manter no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Estou, Sra. Presidente. Veja bem que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista até fez referências sobre os outros partidos da oposição.

Presidente: Sr. Deputado, dei-lhe a mesma latitude que dei ao Sr. Deputado André Bradford.

O Orador: Certo. Mas deixe-me só dizer, Sra. Presidente, que eu estou aqui a valorizar o diálogo, a capacidade de diálogo, de integração de diferentes projetos políticos, mas estou aqui a denunciar a natureza tática que o Partido Socialista utilizou nesta matéria.

Portanto, esta aproximação, esta abertura, este diálogo não é real, não corresponde à verdadeira natureza, da forma como o Partido Socialista exerce o poder nesta Região.

Esta aproximação, esta integração, ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho que lhe voltar a chamar a atenção. Peço desculpa. Já é a segunda vez que o faço.

Eu dei-lhe a mesma latitude que dei ao Sr. Deputado André Bradford. O Sr. Deputado André Bradford voltou novamente à declaração de voto. É aquilo que lhe peço também.

O Orador: Sra. Presidente, tenho imenso respeito obviamente institucional, é o meu dever. Tenho imenso respeito por V. Exa, mas devo-lhe dizer que V. Exa

está claramente a prejudicar a minha declaração de voto com duas interrupções que não fez nas mesmas circunstâncias.

Já ontem na declaração de voto V. Exa interrompeu ... Só o meu discurso foi interrompido ontem.

O Sr. Presidente do Governo utilizou mais 20 minutos do que estava programado e que estava estabelecido ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é verdade!

O Orador: ... na sua intervenção.

Mas, Sra. Presidente, eu termino já ...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: ... para evitar mais interrupções.

Quero só dizer-lhe o seguinte.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão pode continuar.

O Orador: Portanto, tentando manter a linha de rumo deste discurso que com estas interrupções todas está claramente prejudicado, concluo esta parte da declaração de voto, tenho uma terceira, e nesta parte estava apenas a denunciar a natureza hipócrita do diálogo que o Partido Socialista promoveu.

Depois, fundamentalmente há aqui uma questão que marcou este debate, que foi o discurso que o Sr. Presidente fez no encerramento da discussão do plano e orçamento. Esse discurso ficou marcado (aliás, as primeiras páginas de hoje exemplificam bem isto que eu estou a dizer) pelo tema da recuperação do tempo de serviço dos docentes.

Devo dizer também que nesta matéria não há qualquer tipo de dúvida que o Partido Socialista também recuou, também o Partido Socialista alterou as suas posições em relação a esta matéria claramente e, portanto, também nesta matéria temos aqui um recuo tático do Partido Socialista.

Duas notas finais para dizer o seguinte: foi aqui aprovado, eu há pouco referenciei, que pode não considerar-se muito importante no âmbito de tantas matérias do orçamento, mas eu não posso concordar com aquilo que aqui aconteceu em relação, por exemplo, às férias escolares dos estudantes que a partir de agora as férias do Natal, da Páscoa e as férias do verão podem ser interrompidas ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: ... com a distribuição de trabalho docente e com a distribuição de trabalho letivo e, portanto, estragando as férias dos nossos alunos.

A solução não é a quantidade de horas, a solução é a qualidade das horas letivas que são prestadas aos alunos.

Depois, terminando, uma referência: eu considero que apresentei um conjunto de propostas importantes para a ilha do Corvo e para o conjunto da Região, mas quero destacar uma ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque só tenho tempo para destacar uma medida e a medida fundamental era a medida que permitia a integração das pessoas que trabalham nos programas ocupacionais na administração regional e também aqui eu considero que temos que lhe fazer uma homenagem. Se há muito coisa que funciona na nossa Região, nas nossas escolas e nos nossos hospitais deve-se ao trabalho que está a ser desenvolvido por muita gente que tem um trabalho precário ou por muita gente que está a trabalhar nos projetos ocupacionais.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Era importante e foi aqui chumbado pelo Partido Socialista que estas pessoas pudessem beneficiar de programas de integração na administração regional que já estão a ser executados nas autarquias lá fora e no Governo da República no conjunto do país.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Porque não propôs isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos os primeiros dois pontos da nossa Agenda.

Eu peço aos líderes parlamentares e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, considerando que deram entrada ainda há pouco propostas de alteração para este diploma que vamos agora avaliar, vamos fazer um pequeno intervalo até às 20 horas e 30 minutos para que elas possam ser distribuídas e voltamos às 20 horas e 30 minutos para iniciarmos este ponto.

Eram 20 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 20 horas e 36 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 3 da agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XI – “Regula a extinção da SPRHI, S.A. e da SATA, SGPS, S.A”.**

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum e para dar início a este debate, tem a palavra, o Senhor Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, esta proposta de Decreto Legislativo Regional, visa fundo, dá sequência aquilo que foi a resolução aprovada este ano pelo Conselho do Governo, no âmbito da reestruturação do setor público empresarial e é trazida a esta Assembleia no âmbito do Decreto Legislativo Regional, que foi também esse o instrumento legislativo que foi usado para a criação destas duas empresas, e conseqüentemente e nesse âmbito propõe a extinção e os termos em que assim é feito, quer da SPRHI quer da SATA, SGPS.

Assegura também, em relação ao ponto de vista de matéria laboral aquilo que por um lado tinha sido exatamente, e nos termos em que foi assumido, os nossos compromissos para com os trabalhadores dessa empresa, porque no fundo quem tem quadro de pessoal e quem tem pessoal é a SPRHI, o mesmo não acontece com a SGPS, portanto não tem esse enquadramento pessoal, nos termos em que nós consideramos que são os mais justos, mais equilibrados, exatamente nos termos em que anunciamos e corresponde à possibilidade legislativa específica e especial que estamos aqui a criar, abrindo uma exceção no âmbito dos critérios para o recrutamento para a administração pública regional, que eu próprio alerto aqui que é uma matéria que não sendo da competência legislativa da própria Região, o que estamos aqui a fazer é no fundo criar um enquadramento legislativo muito próprio, muito específico, uma situação excecional, utilizando o espírito da legislação e o enquadramento da legislação que foi criada a nível nacional para a internalização de empresas municipais.

E é dessa forma, de forma a que os trabalhadores possam ser integrados na administração pública através de um concurso em que também consideramos pareceres recolhidos, que é sensato ter um prazo máximo de tempo de 30 dias para que esses concursos sejam abertos. Previamente antes da extinção terão que ser requisitados em termos de interesse público, por entidades públicas, para permitir que não exista um hiato de tempo em que não fiquem com uma relação laboral e a abertura de um concurso específico, exclusivamente para

esses trabalhadores, para integração nas categorias da administração pública contando para o devido efeito, o tempo de serviço que tiveram, nas mesmas exatas condições que teriam no âmbito da administração pública regional. O sentido de igualar é com o objetivo de que estejam após essa integração, exatamente com o mesmo nível remuneratório e com o mesmo tempo e com as mesmas condições, que se tivessem desde o início após integração no quadro da SPRHI, a trabalhar na administração pública regional.

Eu penso que é assim que se cria justiça e equilíbrio, entre as duas componentes de integração. Ou seja, tendo como referência que nível remuneratório teriam e que precursão da carreira teriam, se tivessem desde o princípio a trabalhar na administração pública e ajustando à realidade da administração pública, tendo obviamente um benefício em relação a qualquer outro funcionário que entrou para a administração pública, porque este concurso é um concurso que pode ser circunscrito a esses trabalhadores, para poderem integrar. O que é bom dizer, alguma inovação legislativa que nós estamos aqui a assumir e pegando naquilo que foi feito a nível nacional para a possibilidade de internalização de empresas municipais.

E com isso, damos cumprimento a este diploma, e queria também aqui aproveitar para agradecer ao trabalho da Comissão, a rapidez e celeridade neste processo porque no fundo, a urgência desse processo tinha a ver exatamente com o facto de pretendermos que tudo isto funcione a partir de 1 de janeiro, tendo em conta que o orçamento que acabamos de aprovar já reflete essa nova realidade, quer em termos de fluxos financeiros, quer em termos de consolidação de perímetro da administração pública regional.

Do ponto de vista de ativos e passivos, os mesmos são integrados diretamente na administração pública regional e portanto, do ponto de vista de dívida pública não há qualquer alteração porque a mesma já consolidava e portanto sobre este ponto de vista não há nenhuma alteração, o ativo da Região será

reforçado com o património da SPRHI, as rendas e os proveitos da própria SPRHI constituirão proveitos diretamente do orçamento da Região e nesse contexto acho que é o diploma equilibrado e que corresponde aquilo que são os princípios e os objetivos que levam à sua concretização.

Presidente: Obrigada, Senhor Vice-Presidente.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros dos Governo:

A proposta em discussão, obviamente que mereceu a concordância do PSD em Comissão, era uma iniciativa que já tínhamos discutido, no âmbito da reestruturação que entendemos necessária do SPER e, portanto, quanto aos objetivos estamos de acordo.

Estranhamos, contudo, que tendo sido a decisão do Governo ou pelo menos o anúncio em fevereiro, tenha passado um ano e agora a proposta de alteração que o PS apresenta, acaba na prática por afastar qualquer prazo, embora sabemos que este processo terá que ser concluído com alguma celeridade.

Quanto à questão dos montantes de financiamento, o que estava no artigo aprovado há pouco em termos de necessidade de financiamento, constava para refinanciamento 163 milhões de euros, a questão tinha sido colocada em Comissão ao Sr. Vice-Presidente na audição do Orçamento. Porém, o montante que está escriturado e é aquele que é conhecido em termos de financiamento da SPRIH no final do segundo trimestre, ou no final no primeiro semestre, é superior ao montante que consta aqui. E, portanto, das duas uma, ou a SPRIH, entretanto e até ao final do ano, liquidou parcialmente parte dos financiamentos que tinha, e admito que sim, se não os valores tinham sido alterados, mas se não alterou esses montantes seriam insuficientes. Esta era uma questão, que com certeza poderá ser explicada.

Quanto à alteração proposta no artigo 1, nomeadamente o abandono do prazo, ainda assim pergunto ao Sr. Vice-Presidente qual é o prazo alternativamente, que entende que será possível concretizar a extinção da SPRIH, portanto, a proposta do Governo apontava para 31 de dezembro, a proposta apresentada pelo Partido Socialista afasta qualquer prazo, é omissivo relativamente a qualquer prazo. De qualquer maneira deixava a questão sobre qual era a sua previsão de extinção da SPRIH face à proposta do PS vier a ser aprovada.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente. Muito rapidamente dizer o seguinte:

Quem criou a SPRIH foi o Governo do Partido Socialista, e, portanto, é o Governo do Partido Socialista que terá que resolver, como aqui vem resolver o problema da SPRIH.

E, portanto, nós concordamos com a extinção da SPRIH. Nós não concordamos com a extinção da SATA, SGPS, porque vai trazer graves problemas à SATA e não nos parece que seja a melhor atitude.

Relativamente à SPRIH, não há dúvidas quanto ao património transferido, etc, etc. O que me parece que há dúvidas e que eu vejo aqui, já entrando um bocadinho nas propostas de alteração, é que tem que ser uma transição de funcionários que seja justa, e vou dar o exemplo: eu não admito, e nem nenhum funcionário público admite que entrou para a função pública com uma licenciatura, que fez concurso, que foi avaliado ao longo da sua carreira e que tem um determinado nível remuneratório, por exemplo 1200€, é um técnico superior, fez licenciatura, fez concurso, foi avaliado, teve avaliação e está na função pública, mas há um outro, quando se diz que passa para a posição

remuneratória igual ou inferior à que tem...eu por exemplo, estou a lembrar-me dos ordenados milionários da Saudaçor, não sei bem os da SPRIH quais são, mas na Saudaçor são milionários, gente que entrou para lá sem concurso, simplesmente por convite e são vários e eu conheço-os. E alguns dos que aqui estão também conhecem.

O que é que um funcionário público pensa, eu não sei os ordenados da SPRIH, mas também me parece que deve haver lá algum sr. sem licenciatura, sem formação, que foi contratado por uma simpatia, naturalmente. Ou por ter algum cartão, assim mais, não diria dourado, mas rosado, e que está numa posição, mas que não tem licenciatura, que está há 15 ou 20 anos lá, não sei há quantos anos está, foi contratado porque era simpático contratar o sr. por aquela maneira e que nunca foi avaliado na sua vida, porque não tinha avaliação e agora volta à função pública, contra esses funcionários públicos todos e passalhes à frente, não tem formação não tem qualificação e passa à frente. É essa pergunta que eu quero fazer ao Sr. Vice-Presidente, porque isso é a proposta do Bloco de Esquerda por exemplo, é passar à frente de todos os funcionários públicos. Isso é um insulto aos funcionários públicos, àqueles que se qualificaram, àqueles que estudaram, àqueles que trabalharam, àqueles que foram avaliados, isto aqui não há igualitarismo, não estamos ainda na Bolívia. Não estamos! Estamos numa cidade democrática onde se deve respeitar cada um e cada um é a formação de cada um e a justiça com que entram para a função pública.

Não pode vir, com o devido respeito...Não, eu estou a discutir um bocadinho de tudo Sr. Vice-Presidente, e estou a lançar alertas.

A sua proposta parece-me razoavelmente equilibrada. Parece-me!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Corresponde ao que está a dizer!

O Orador: Corresponde ao que eu estou a dizer...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Portanto, não se está a pronunciar sobre a proposta do Governo, mas sobre as propostas de alteração!

O Orador: Estou-me a pronunciar sobre tudo Sr. Vice-Presidente. O tempo urge e eu não tenho muito tempo e, portanto, estou-me a pronunciar sobre tudo. Os do PSD também se aproximam um bocadinho, se não houver outro... não percebi bem... agradecia algum esclarecimento ali da bancada, meu caro amigo Vasco Viveiros... não percebi bem como é que é, quer dizer, se não houver outra maneira agente vai pelo vencimento. Não pode ser, temos que arranjar uma maneira, ou por concurso, e, portanto, fica na posição que tem que ficar, entra conforme as habilitações que tem e fica com o ordenado que tiver. Tem outra alternativa, não aceita. E não aceitando há uma maneira legal, a lei prevê como é que se resolvem esses assuntos. E, portanto, não tenho nenhum problema nessa matéria. O que eu não aceito, nem nenhum funcionário público aceita é a proposta dantesca do Bloco de Esquerda. É a proposta contra quem se formou, quem estudou, quem trabalhou, quem se esforçou, é a proposta contra o mérito, é a proposta contra o esforço que o Bloco de Esquerda aqui quer trazer. Muito Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, em relação às perguntas colocadas pelo Sr. Deputado António Vasco, a primeira, efetivamente o valor que está previsto no refinanciamento é o valor necessário.

Na referência às contas do primeiro semestre a SPRIH obteve um financiamento no primeiro semestre que corresponde às necessidades de amortização no final do ano. Logo, o montante líquido no final do ano que passa para a Região é inferior ao primeiro semestre, porque no primeiro

semestre já tinha o financiamento obtido para as necessidades de financiamento até ao final do ano, logo, necessidades de amortização dos empréstimos, portanto o valor que está inscrito no plano e orçamento nessa matéria, corresponde exatamente às necessidades.

Segunda questão, não é a questão de ficar sem prazo. O que dizia aqui no artigo 1.º, anteriormente, é que era a 31 de dezembro. Ao deixar de fazer referência a 31 de dezembro remete-se para o artigo de entrada em vigor, que é no dia a seguir ao da sua publicação. Essa questão coloca-se tecnicamente porque, por um lado se for publicado a 20 de dezembro é a 20 de dezembro, se por alguma questão for publicada a 5 de janeiro, não se pode entrar em vigor na data de publicação se a publicação foi depois do dia 31 de dezembro. Evidentemente, penso que estamos todos interessados em que seja este ano, mas havia aqui alguma coisa que podia ser uma incongruência. Por um lado, se for publicado antes de 31 de dezembro é nesse dia da publicação que conta, se por alguma questão processual for publicado já no ano seguinte não se pode dizer que entra com efeitos retroativos, é essa a questão.

Em relação às questões do Sr. Deputado Artur Lima, quero dizer, se me permite, que o nosso diploma e a nossa proposta correspondem exatamente aos princípios que o Sr. Deputado defendeu. Eu acho que nós não temos aqui, não há trabalhadores de primeira nem trabalhadores de segunda, o objetivo é que este diploma é que essa integração se faça da forma mais justa, mais equilibrada, tratando todos por igual. Isso é o que tentamos.

Tratar todos por igual é dizer que serão integrados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é igual. É justamente!

O Orador: ... justamente. Serão integrados na administração pública contando para o efeito para a categoria que tenham as devidas habilitações, primeiro, segundo para o nível remuneratório que corresponda a que se tivessem desde ter entrado para o quadro da SPRIH na administração pública regional e que

progressão é que teriam nesse contexto para ficarem em exatamente igualdade de circunstância que outro trabalhador que esteja sentado à sua frente, que tenha entrado no mesmo dia para a administração pública, com as mesmas habilitações, tenha exatamente o mesmo nível remuneratório. É assim que se assegura a justiça, a igualdade e é assim que se assegura...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a equidade!

O Orador: ... e a equidade entre os trabalhadores, não prejudicando ninguém, mas não criando uma situação de benefício porque evidentemente as regras de recrutamento e de acesso à administração pública são diferenciadas das regras no âmbito do código de trabalho em funções privadas. Por isso, não se podem querer, e é essa nossa posição, dizer que adaptar umas coisas e não às outras, portanto, se se integra na administração pública tem que ser de acordo com todas as regras da administração pública e não com situações excepcionais. É esse o nosso entendimento, é exatamente nesses termos que fizemos esta proposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente. Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sobre esta matéria e fundamentalmente sobre a SPRIH, que é o caso mais complexo, e que potencialmente traz mais problemas, nós não temos, obviamente, nada contra a extinção da SPRIH. A sua função pode e deve, julgamos nós, ser perfeitamente desempenhada pela Direção Regional com competência na matéria. Mas, desde a altura em que o Governo Regional anunciou a reestruturação do setor empresarial regional, nós sempre o dissemos e fizemos um debate de urgência nesta Assembleia sobre esta matéria e questionamos o Governo Regional na

altura sobre esta matéria, sobre o facto das empresas extintas teriam os seus direitos salvaguardados, e essa matéria sempre nos preocupou sobre como é que isto iria ser feito e queríamos, obviamente, garantir esse facto.

O Governo Regional na altura disse que sim e que estariam salvaguardados, ora, o que vemos é uma situação que leva a que haja, efetivamente, trabalhadores, é um caso específico, é o primeiro caso em que isso acontece, julgo eu, neste processo, em que há trabalhadores que têm perdas salariais significativas e isso para nós não é ter os seus direitos salvaguardados.

Esta situação, julgo eu, leva, o facto de existirem obviamente, níveis remuneratórios diferentes em trabalhadores da empresa pública e trabalhadores da administração pública levará sempre a uma situação de alguma injustiça, agora aqui a escolha é entre a potencial injustiça relativa de alguém que entra para a função pública e tem um nível remuneratório um pouco superior àquele que teria se estivesse na função pública desde o início, ou a injustiça que é alguém perder parte do seu salário. E julgamos nós, que essa injustiça de perder parte do seu salário não é aceitável e que neste caso deve-se tentar encontrar uma solução.

Nós, depois de ouvirmos os trabalhadores, depois de recebermos o parecer do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas, depois de recebermos o parecer do SINTAP, nós analisamos e apresentamos um conjunto de propostas de alteração que mexem em vários artigos e que, pensamos nós, vão no sentido de proteger os direitos de quem está nesta empresa que agora vê extinta.

Perder 100, 200, 300 euros de salário, quem construiu uma vida a contar com este salário e ver-se de repente com essa perda salarial, julgamos nós, não é aceitável e deve se tentar encontrar uma solução e nós apesar da urgência que foi pedida pelo Governo Regional para a discussão dessa matéria, não concordamos com o seu agendamento para já. Exatamente porque julgamos que este assunto deveria ter sido mais bem estudado, mais bem analisado, em nosso

entender, dado a delicadeza do que estamos a tratar, que não deveria ser na vigésima quinta hora do orçamento. Não deveria ter sido agendado para este dia, para esta hora. Este assunto é demasiado delicado, estamos a falar da vida das pessoas que tem responsabilidades, que tem casas para pagar, que tem filhos na universidade, nas escolas e não podemos tratar estas matérias com ligeireza. A nosso ver, as propostas que nós apresentamos vão no sentido de proteger estes trabalhadores, não querendo obviamente criar injustiças relativas perante outros, mas a escolher entre alguém ficar numa situação difícil, porque se alguém ganha mais 100 ou 200 euros por mês do que o colega do lado, aquele colega do lado não está a perder salário. Quem vai perder salário é quem ficará de fora.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta extinção da SPRIH e da SATA SGPS, vem na sequência da estratégia do Governo, de remodelação e reestruturação do setor empresarial público regional com o qual o partido socialista se revê e portanto não é nada de novo para nós, mas antes de entrar na questão específica das propostas de alteração aqui apresentadas, queria apenas deixar duas notas que parecem, por um lado de justiça, que tem a ver com reconhecer a meritosa ação, desenvolvida ao longo da sua existência, da SPRIH e dos seus trabalhadores, e portanto não confundir e não reconhecer o mérito dessa ação com eventuais cartões ou alguma situação menos clara, deixada aqui no ar pelo Sr. Deputado Artur Lima, não me parece ser muito correto e acredito que também o CDS-PP reconhecerá a meritosa ação desenvolvida ao longo da sua existência, dos trabalhadores e da própria SPRIH.

Atualmente o desempenho das atribuições estatutárias da SPRIH S.A, já não representa ganhos de eficiência, financeiros e económicos, quer abranja a atividade na área das infraestruturas públicas. Portanto, assim parece-nos também em concordância, aliás com aquilo que o Governo pensa que é preferível determinar a sua extinção transferindo para o Governo Regional as atribuições ligadas à habitação social. Quanto à SATA, parece-me que é mais ou menos claro, que não havendo quadro de pessoal e regime de dissolução estando previsto já nos estatutos, que é perfeitamente tranquilo.

Há aqui uma nota que também é importante dizer, esta proposta apresentada pelo Governo é assente numa ideia de justiça clara e inequívoca. Dizer que isto foi um bocado à pressa, Sr. Deputado António Lima, eu não me parece que lhe assista muita razão.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse que era à pressa!

O Orador: Os próprios trabalhadores da SPRIH foram ouvidos quer por escrito, quer depois pessoalmente durante a Comissão e a questão que se põe aqui é exatamente aquela que muito bem, o Sr. Deputado Artur Lima levantou. Confundir trabalhadores com situações potencialmente diferentes, designadamente trabalhadores com contratos de tempo indeterminado, com trabalhadores que estejam em regime de avença ou uma prestação de serviços ou a tempo certo, não é a mesma coisa, e é imensamente injusto para quem está na função pública, e portanto, este documento e muito bem, através do Governo, acautela a lei relativa à administração pública e portanto, tem regras que são concretas e que são aplicáveis às carreiras, desde os ingressos, o tipo de carreira, a categoria, as habilitações exigidas, o conteúdo funcional e a tabela remuneratória única.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, no essencial, parece-nos que o documento é bom, nós também apresentamos aqui propostas, mas mais à frente e em sede própria havemos de discuti-las. Era só isso.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que uma das grandes preocupações que poderia estar por trás da extinção da SPRIH seria com os trabalhadores e obviamente que essa preocupação tem que ser garantida a equidade e a justiça na integração desses trabalhadores, mas também com o equilíbrio daqueles que estão na administração pública. E o PSD apresentou hoje propostas de alteração que são alguns preciosismos, designadamente o período de 30 dias até a extinção da SPRIH que eles sejam integrados, e para além daquilo que é a proposta do Governo, em que tem como critério de integração, a posição remuneratória que de acordo com as alterações obrigatórias do seu posicionamento remuneratório em vigor na administração pública à data do seu recrutamento, o PSD o que faz a mais é permitir que possa ser feito também, sem prejuízo da determinação do posicionamento remuneratório ser objeto de negociação. E isto, tem a ver com aquilo que está estabelecido no n.º 1, artigo 38.º da Lei de Trabalho em Funções

Públicas, portanto, não é ir contrariamente aquilo que o Governo tem, é com aquilo que o Governo já tem estabelecido, se por alguma razão houver alguma situação em que aquele critério que está estabelecido e que é impositório possa ser, para permitir uma maior justiça e equidade, objeto de negociação é garantir que isso possa ser feito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo, duas questões em relação aos trinta dias como prazo máximo para abertura de concurso. Acho justo, aliás há várias propostas, inclusivamente a proposta do Partido Socialista que aponta nesse sentido, não definia o prazo, define-se o prazo de 30 dias.

Segunda questão: em relação a outro aspeto que referiu da negociação da posição remuneratória, cito um artigo da Lei do Trabalho em Funções Públicas, mas relembro que de acordo com a Lei do Orçamento de Estado, só é permitida essa negociação a quem já seja funcionário público, ou seja, não sendo esses trabalhadores funcionários públicos não estão abrangidos por essa possibilidade legal, logo não estando abrangidos por essa possibilidade legal por inviabilização do Orçamento de Estado deste ano e do próximo, essa proposta não pode ser aceite por falta de enquadramento legal, que neste momento só permite a negociação salarial para quem já é funcionário público. Leia-se por exemplo, e eu vou dar um exemplo, uma pessoa que seja assistente operacional que concorra e tenha habilitações para concorrer para técnico superior, já é funcionário público, pode negociar a sua posição salarial inicial, porque já tem determinados anos na função pública, mas a lei do Orçamento de Estado define claramente que apenas os funcionários públicos o podem fazer, ora bem, estes

funcionários da SPRIH não sendo funcionários públicos, legalmente não podem ir no âmbito dessa legislativa, daí essa proposta não poder ser aceite.

Segunda questão, em relação ao Sr. Deputado António Lima, eu quero dizer que nós definimos esta estratégia com toda a clareza, objetividade e transparência. Em fevereiro dissemos exatamente que seria assim, não alteramos uma vírgula em relação aquilo que dissemos e consideramos e reafirmamos: é de longe a solução mais justa, mais equilibrada, mais equitativa para todos.

Respeita-se os direitos adquiridos, dá-se uma vantagem comparativa a todos os outros cidadãos de integração na administração pública, em igualdade de circunstâncias com os restantes funcionários públicos na mesma situação. Porque se formos rigorosos no âmbito do código de trabalho, não se pode querer, como dizia-se uma expressão conhecida, “o céu e a terra”. Portanto, as regras tem que ser iguais para todos e a forma de justiça e de ser igual para todos é na nossa opinião, e que dissemos desde o primeiro dia, que seriam estas regras mais justas, mais equilibradas e que corresponda efetivamente, por um lado à defesa dos direitos adquiridos, mas também à não criação de injustiça relativa entre quem optou por iniciar a sua atividade profissional na função pública através do concurso público.

E acho que conseguimos e acho que se me permitem é nesse sentido e cada vez mais ao longo deste debate, reforça a nossa convicção, que esta proposta é a proposta mais justa, mais equilibrada e mais equitativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu estava a conversar com o Sr. Vice-Presidente, naturalmente distraído.

Sr. Vice-Presidente, eu parece-me que as regras que são aqui postas pelo Governo são justas e equitativas e sobretudo temos que garantir a equidade e as pessoas têm sempre optar e como acabou de dizer e bem, já é alguma bondade para esses trabalhadores fazer uma transição neste sentido e com estas regras, porque rigorosamente...enfim, é claro que os sindicatos nisto são todos muito de acordo, etc, etc, mas até se formos à letra da lei rigorosamente, a coisa está na margem...não diria da legalidade, mas está na margem, enfim, daquilo que é possível fazer para os trabalhadores em funções públicas e sobretudo temos que respeitar, não é um, nem três, nem quatro, nem cinco, nem dez, nem vinte que estão aqui, com o devido respeito que merecem, são os milhares trabalhadores da função pública que tiveram que se sujeitar a tudo, à avaliação, a outras regras e que portanto também não podem ver assim, de um momento para o outro, virem uns de fora, não cumprem nenhuma regra, passarem-lhes à frente. Eu respeito toda a gente, naturalmente, mas temos que ter em conta sobretudo como se entrou para a função pública, como se entrou para a SPRIH e pronto e há outras opções, as pessoas tomam a que quiserem, agora não podem é com cinco anos de serviço, e porque tiveram um ordenado superior numa empresa, irem para a posição remuneratória de um funcionário público que tem vinte anos de serviço. E foi isso que eu quis dizer, Sr. Deputado João Vasco Costa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem, há uma coisa que é importante referir porque é de justiça também dizê-lo. Todos os trabalhadores da SPRIH e isso revela uma preocupação do Partido Socialista e deste Governo, não é uma questão de bondade, é uma marca do

Partido Socialista preocupar-se também com os trabalhadores e, portanto, todos os trabalhadores serão integrados na administração pública se assim entenderem. E isso é muito importante, porque isso não é *opera ope legis*, é quem quiser é reintegrado na administração pública. Isso faz toda a diferença Sr. Deputado António Lima, sabe porquê? Porque repare uma coisa, a injustiça que pretende criar, considerando pessoas com vencimentos superiores a outros que estão na administração pública e que têm menos é na ponderação de interesses é muito mais importante, não é bem o termo, mas é muito mais marcante do que deixar a possibilidade às pessoas de, ou são admitidos na administração pública, integrados na administração pública e sujeitam-se, é verdade, a ter uma redução de vencimento, mas ficam adstritos à função pública até irem para a reforma ou então dizem “bem eu não estou na disposição de perder os 200 ou 300€”, como o senhor falou à pouco e nesse caso opta pelo que a lei lhe permite que é a indemnização respetiva...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e portanto, sendo uma opção dos trabalhadores, parece-me perfeitamente acautelada essa questão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, da análise que fizemos em relação a esta questão, o que nós verificámos é que esta proposta nos parece uma proposta equilibrada e racional.

Do conjunto de argumentos que aqui foram apresentados, nada nos leva a pensar que assim não seja. Aquela oportunidade que tive também de analisar no âmbito das questões que foram colocadas em Comissão, pois também não vejo nenhuma matéria que não tenha sido acautelada e fundamentalmente também concordo com as propostas que aqui foram apresentadas pelo grupo parlamentar do Partido Socialista.

Portanto, eu considero que esta medida é uma medida lógica, é uma medida racional, estão acautelados os direitos dos trabalhadores e também a proporcionalidade daqueles que são os direitos também de quem já integra a administração pública e que não possam ser criadas situações de injustiça ou de ultrapassagem.

Portanto, garantidos estes pressupostos, da nossa parte podem contar com o voto favorável da Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Prescinda.

Pergunto se há mais inscrições...pergunto se há inscrições? Não há, vamos então avançar para o debate e votação na especialidade.

Começamos pela votação na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Entramos agora no debate e votação na especialidade.

A primeira proposta de alteração à votação, é apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter...e o artigo 1.º proposta de alteração do PS. É o artigo 1.º

Peço aos Srs. Deputados o favor de se sentarem então.

Portanto, o Sr. Deputado pede que seja votado o n.º 1 e o n.º 2 em separado. Então está a votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao n.º 1 do art.º 1.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao n.º 2 do artigo 1.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 1 do PPM, 3 votos contra do CDS-PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º da proposta, com a alteração que acabamos de aprovar, nas alterações:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 1 do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração apresentadas pelo PS ao artigo 3.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: As propostas apresentadas foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então votar agora o artigo 3.º, com estas alterações que acabamos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 4.º e 5.º do diploma.

Não havendo oposição estão à votação os dois...o 4.º e o 5.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 6.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, porque é de teor igual e sendo assim vamos votar o artigo 6.º com esta alteração que acabou de ser aprovada:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 7.º.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista não vai votar favoravelmente este artigo 7.º proposto pelo Bloco de Esquerda, por considerar que essa reivindicação não é compatível com as regras da administração pública, tendo em conta a existência de regras concretas aplicáveis às carreiras, como seja o ingresso, tipo de carreira e categoria, habilitações exigidas, conteúdo funcional e tabela remuneratória única.

Dessa forma não votaremos a favor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado. Vou então colocar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados...a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM e 2 votos a favor do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 7.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 2 votos contra do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 8.º:

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista não vai votar favoravelmente esta proposta, por um lado porque tem uma, que no nosso entendimento acautela melhor os interesses dos trabalhadores, e por outro lado evita, tendo em conta aquilo que à pouco referi ainda na generalidade, todos os trabalhadores serão, se assim entenderem, integrados na administração pública regional, tendo por base as regras legais existentes quanto à carreira e remunerações e portanto não é uma coisa vinculativa e seria de alguma forma errado levá-lo desta forma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Vamos então colocar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 do PCP.

Presidente: Está agora a votação a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

É o aditamento do PS ao artigo 8.º, sendo o número 5 ao artigo.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo desde já chamar a atenção, porque na nossa proposta há aqui uma gralha, que é uma questão mesmo de português. Na redação final será corrigida, e aqui diz-se praxo e era prazo. Como facilmente se percebe e, portanto, concordamos que o prazo máximo de 30 dias, aliás na sequência daquilo que o Sr. Vice-Presidente disse em Comissão, falou que isso aconteceria entre 15 dias a três semanas e, portanto, o prazo de 30 dias é perfeitamente razoável e assim...

Presidente: Está então à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Relativamente à proposta de alteração apresentada pelo PSD, a alteração ao n.º 1 e ao n.º 2 está prejudicada, não é exatamente *ipsis verbis*, mas tem o mesmo sentido. No entanto coloco à votação a proposta de alteração ao

n.º3 e ao n.º 4, assim como o aditamento de um n.º 5, que é de teor diferente àquele que foi acabado de aprovar, em relação ao PS.

Está então à votação esta proposta de alteração do PSD ao n.º 3, n.º 4 e aditamento n.º 5:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos conta do PS, 3 do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 do BE e uma abstenção do PCP e uma do PPM.

Presidente: Vamos então votar o artigo 8.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

É o artigo 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 do BE.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração ao art.º 9.º. A primeira é apresentada pelo Bloco de Esquerda:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Foi aprovada e sendo assim a do PSD fica prejudicada, porque é de igual teor e então passo agora à votação do artigo 9.º com esta alteração que acabamos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 10.º do Bloco de Esquerda:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados, que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: E agora sim ao n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos agora passar à proposta de alteração do PSD. A referente ao n.º 1 fica prejudicada porque era exatamente de igual teor à do Bloco de Esquerda, por isso coloco apenas à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º 2 do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 3 do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 do BE, 1 abstenção do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então à votação o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 2 abstenções do BE e 1 do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Obrigado Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para solicitar que o artigo 11.º da proposta do Bloco de Esquerda, fosse votado o n.º 1 e o n.º 2 em conjunto e o n.º 3 em separado, se faz favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo oposição será então votado em conjunto a proposta de alteração do Bloco de Esquerda, em relação ao n.º 1 e ao n.º 2 do artigo 11.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: As alterações apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 do PCP.

Presidente: Coloco agora então à votação a proposta de alteração apresentada ao n.º 3 do art.º 11.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 11.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Julgo que posso colocar o artigo 12.º e 13.º à votação conjunta, que é a norma revogatória e entrada em vigor:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 2 votos contra do BE e uma abstenção do PCP.

Presidente: Encerramos o ponto 3 da nossa Agenda. O ponto 4 é o **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 120/XI – “Implementar, com urgência, medidas de combate à atual situação de escassez de água para o consumo humano e para o uso agrícola na ilha do Corvo; realizar um levantamento rigoroso do estado em que se encontram as reservas de água existentes para o abastecimento da população da ilha do Corvo e realizar uma ação inspetiva, referente aos anos 2017 e 2018, com vista à verificação do cumprimento de normas legais e regulamentares em matéria da gestão dos recursos hídricos direcionados para o abastecimento da população da ilha do Corvo por parte das entidades públicas competentes”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Alerto que é apenas pedido de urgência, portanto, sem dispensa de exame em Comissão, por isso, este diploma baixará sempre à CAPAT. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, como a Sra. Presidente acabou de referir, mas eu considero importante voltar a referenciar esse facto, é apenas um pedido de urgência e não de dispensa em Comissão, nós pretendemos é que possam ser ouvidas diversas entidades e diversas personalidades no âmbito da Comissão. Em relação à apresentação de urgência gostava de dividir em duas pequenas notas: a primeira é para explicar o que é que está aqui em questão, não só a este hemiciclo, mas também à cidadania que nos ouve e dizer o seguinte: esta questão da falta de água do Corvo, resulta de uma situação que nós denunciámos e que foi publicitada logo no dia 26 de maio pelo jornal diário Insular, da seguinte forma, o parlamentar diz mesmo que há risco de rutura de abastecimento à população, situação que o Presidente da Câmara daquela ilha negou. A legenda é: PPM teme que haja rutura, a autarquia diz que não se corre esse risco. Bem, isto foi

em maio, a Câmara Municipal continuou a permitir que a empresa em questão, que é a Somague Ediçor, continuasse a abastecer-se nas lagoas e nos reservatórios agrícolas e a situação foi...

Presidente: Sr. Deputado, tem que justificar apenas porque é que é urgente.

O Orador: ... sim, sim, sim, a urgência é porque não há água, há pouca água. Mas eu estou só a explicar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ...o histórico da situação para que as pessoas possam compreender.

Presidente: Sr. Deputado, pode continuar.

O Orador: Portanto, a questão é esta, basicamente, ou seja, há aqui um conjunto de procedimentos que levaram a esta situação, portanto um acordo de cavalheiros permitiu à empresa retirar grandes quantidades de água dos reservatórios agrícolas e também das lagoas, provocando uma falta de água muito grande, de abastecimento de água aos agricultores e mais tarde à população. Devo dizer que, neste momento a situação é a seguinte: os cortes de abastecimento de água à população já não decorrem ao longo do dia, só durante a noite, ainda se mantêm, mas a situação melhorou um pouco. Tive oportunidade de ver imagens aéreas dos reservatórios agrícolas e há uma certa recuperação desses reservatórios agrícolas, o que faz com que a situação já não seja tão urgente como há duas semanas atrás.

Finalmente, o que é que se pretende com esta urgência?

Fundamentalmente, o que se pretende é um levantamento por parte de entidades competentes do Governo Regional da situação. Também, o que se pretende, é a planificação de uma resposta a uma situação de urgência, em que a ilha se encontra, porque ainda há cortes de água e em terceiro lugar, muito importante e considero aqui que esta é fundamental do ponto de vista da resolução desta questão, é uma fiscalização que seja decidida, uma fiscalização por parte das entidades competentes a esta situação, ou seja, durante o período em que o

acordo de cavalheiros esteve em vigor, 2017 e 2018 e perceber também, não só as questões do ponto de vista legal, mas também as questões que acabaram por provocar esta rotura de abastecimento de água. Gostava de terminar com esta última afirmação, que eu não antevi nada, não sou especialista nesta matéria, mas todos os agricultores, todos os habitantes do Corvo estavam absolutamente convencidos que isto iria acontecer. Não é preciso ser especialista, se se retira água dos reservatórios agrícolas, ainda por cima numa situação de seca, esses reservatórios ficam sem água.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista votará a favor desta urgência, defendemos sempre que devemos ouvir todas as partes envolvidas, quer nesta, quer noutras matérias. Deste modo, o diploma deve baixar à Comissão responsável referindo, no entanto, que urgência não é emergência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a proposta de deliberação final:

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de novembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada a todos pela ajuda na organização dos trabalhos.

Uma boa noite e um bom regresso a casa.

Eram 21 horas e 39 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa Toste

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Lei da Política de Saúde - n.º 1029/XIII (PCP) – n.º 215/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 11 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 12 – 17.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o regime de proteção dos animais utilizados para fins científicos – MAFDR - (Reg. DL 376/2018) – n.º 102/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 11 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 12 – 12.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício n.º 1964-ST, a enviar remessa de relatórios de verificações internas de contas de gerência aprovadas por este Tribunal:

- Relatório n.º 22/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 18-405VIC4) - Tesouraria de Ponta Delgada

- Relatório n.º 23/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 18-412VIC3) – Município da Calheta

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 11 – 28;

Assunto: Ofício n.º 1974-ST, a enviar remessa de relatório de verificação interna de conta de gerência aprovada por este Tribunal – Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

- Relatório n.º 24/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 18-417VIC3)

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 11 – 29.

4 – Relatórios:

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de novembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 11 – 27;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de novembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 11 – 27;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de novembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 11 – 27;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 1020/XIII/4.^a \(BE\) – Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 11 – 27;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 153/XIII/4.^a \(GOV\) – Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos - n.º 202/XI- AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 10 – 27;

Assunto: [Anexo ao Relatório e Parecer sobre a Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XI – Regula a extinção da SPRHI, S.A. e da SATA, SGPS, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 11 – 27.

Transcrição efetuada pelos serviços de Redação.